



Anais da Assembléia

N. 67

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE JUNHO DE 1987

ANO XIII

^a 1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 55.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1987
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob os números DTL/49, 50, 51 e 52/87, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n. 39/87, 298/86, 177/86 e 189/86, os quais convertidos em lei tomaram os números

8.486, 8.489, 8.488 e 8.487, respectivamente. - Anote-se. Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 64/87.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do engenheiro LUIZ FERNANDO OTTO, ex-funcionário deste Poder, ocorrido no último dia 16 nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Aos 27 anos de idade, faleceu no último dia 16, nesta Capital, o jovem engenheiro, ex-funcionário deste Poder, Luiz Fernando Otto.

Filho do Vice-Prefeito de Cruz Machado, Dr. Mieszislav Otto e Dona Terezinha de Lourdes Otto.

O passamento de Luiz Fernando Otto veio abrir enorme lacuna no seio de sua tradicional família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

A morte privou seus familiares do convívio. Entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos, deixando nos corações dos amigos, sua eterna presença.

A Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de associar-se à dor que abalou a família Otto, endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ONÉSIMO FERRAZ, ocorrido no último dia 13 de junho.

O extinto foi Prefeito Municipal e

Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Loanda, tendo o respeito e a admiração de tantos quantos o conheciam.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto profundo pesar a Sra. Irene de Oliveira Nóbile, pelo falecimento no dia 16.06.87, do Sr. vereador José Nóbile Sobrinho, Presidente da Câmara Municipal de Terra Boa.

Tal passamento vem consternar a sociedade, face aos dotes morais do extinto, e cujas atividades exercidas em prol do Município, foram de grande ênfase.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada e à Câmara do Município de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pela morte do advogado, político e suplente do PMDB do Pará, Dr. PAULO FONTELLES.

Sala das Sessões em 17.06.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

Apoio: Paulo Furiatti, Lauro Lobo Alcântara, Haroldo Rodrigues Ferreira e Nilton Barbosa.

JUSTIFICATIVA:

Foi assassinado no dia 11 de junho, na localidade de Ananindeuá, Estado do Pará, o ex-Deputado Estadual do PMDB, militante ligado aos sindicatos dos trabalhadores rurais daquele Estado.

Atualmente, no Pará, vive-se momentos de tensão, face à luta dos trabalhadores pela Reforma Agrária. O advogado Paulo Fontelles era um dos mais atuantes na defesa dos direitos legítimos de conquista da terra pela Reforma Agrária.

Ao lado da Igreja, atuava em favor dos que desgraçadamente sofrem as misérias pela ausência de um pedaço de chão.

Face ao exposto e à repercussão do assassinato do ex-militante do PMDB, Requer-se, após aprovação, o envio de ofício ao Conselho de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, solicitando providências e esclarecimento dos fatos, bem como prisão e condenação dos autores do atentado.

Requer-se seja oficiado à família enlutada, dando ciência da nossa solidarie-

dade, neste triste momento. Dê-se ciência também à Assembléia Legislativa do Estado do Pará, bem como ao Governo do Estado do Pará e à Comissão de Direitos Humanos da OAB-PA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No dia 11 de junho corrente, foi assassinado em Ananindeuá - Pará, com três tiros de revólver calibre 38, o advogado Paulo Fontelles, que exercia o cargo de assessor jurídico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará.

Paulo Fontelles, durante os anos de 1978 a 1981, foi advogado da Comissão Pastoral da Terra - CPT, do Estado do Pará. De 1982 a 1986, foi Deputado Estadual, eleito pelo PMDB, e atualmente era o quarto suplente, também pelo PMDB. Além disso, Paulo Fontelles era militante do Partido Comunista do Brasil - PC do B.

Todos os indícios e as circunstâncias, bem como a opinião de autoridades do Estado, atribuem o assassinato do advogado à União Democrática Rural - UDR. Quanto a isto, creio que não cabem dúvidas, principalmente pelo fato de Paulo Fontelles ter se dedicado, como advogado e como Parlamentar, à defesa intransigente dos posseiros do Pará e da Reforma Agrária.

Gostaríamos de lembrar aqui que em 1985 e 1986, foram assassinados 400 lavradores no Brasil, e nos últimos 21 anos, 1.270. Nenhum desses casos, até hoje, foi apurado. Os mandantes e os assassinos continuam impunes e agindo livremente (dados da CPT Nacional/Goiânia-GO-60-1987). Além disso, temos mais de 125 líderes sindicais, advogados, religiosos e outros jurados de morte pela UDR. Todos estes fatos foram noticiados às autoridades municipais, estaduais e federais. No entanto, nada se fez ou se está fazendo para proteger a vida desses cidadãos.

No Paraná os fatos não são diferentes. Em julho de 1986, Miguel Sávio - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu, foi baleado com cinco tiros, por defender os trabalhadores sem-terra. Até hoje não foi apurado o fato e o processo foi arquivado. Além disso, os líderes sindicais:

Adelmo Escher - Presidente do STRs de Francisco Beltrão;

Alley Spessatto - Diretor do STRs de Francisco Beltrão;

Zeno Minuzzo - Presidente do STRs de Pérola do Oeste;

João de Lacerda - Presidente do STRs de Reserva;

Osmano Soares dos Reis - Presidente do STRs de Pitanga;

Olívio Bertella - Presidente do STRs

de Chopinzinho;

Seno Stats - Líder do Movimento Sem-Terra do Oeste/PR; e,

Antônio Marfil - Líder do Movimento Sem-Terra - SUL/PR, estão recebendo constantes ameaças de morte e outras represálias em seus trabalhos. Todos esses líderes registraram queixas nas Delegacias de Polícia de seus Municípios.

O que mais chama atenção, nestes casos, é a omissão das autoridades federais, estaduais e municipais. O Ministério da Justiça e a Polícia Federal desencadearam, no ano passado, uma ação de desarmamento, principalmente na Região Centro-Oeste e Norte do País, mas esta ação só desarmou os posseiros, promovendo mais injustiças, como a denunciada aqui nesta Casa, ocorrida nas Sedes das Fazendas do Bamerindus, no Estado do Pará.

Creemos que é hora de se dar um basta a tantos crimes, impunidades, injustiças. Creemos que é hora de as autoridades acabarem com essa guerra suja, promovida e sustentada pelos fazendeiros, banqueiros e industriais, sob a direção da UDR e com a concordância tática do Governo, do Judiciário e da Polícia.

Diante do exposto, REQUEIRO envio de expediente aos Srs. Ministro da Justiça, Governadores dos Estados do Pará e do Paraná, Presidentes da Assembléia Legislativa do Pará, dos Tribunais de Justiça do Pará e do Paraná, manifestando votos de repúdio e pesar pela morte do advogado PAULO FONTELLES e demais crimes contra os líderes sindicais e religiosos ligados à terra, e solicitando providências.

Requeiro, ainda, o envio de cópia deste expediente aos familiares de Paulo Fontelles, à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará, à OAB - Subseção do Pará, à Direção Nacional e às do Pará e Paraná, e ao Partido Comunista do Brasil - PC do B e a todos os líderes sindicais e sem-terra citados neste requerimento.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações pelo transcurso do trigésimo segundo aniversário de Umuarama, a "Capital da Amizade".

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos Ilustríssimos Srs. Antônio Romero Filho, DD. Prefeito Municipal, e vereador José Luciano de Andrade Filho, MD. Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de um voto de congratulações, pela passagem do quarto ano de fundação do "Jornal do Estado".

As notícias veiculadas no "Jornal do Estado" contêm precisas informações sobre os acontecimentos locais, de âmbito estadual e no plano nacional, sempre incluindo opiniões de diversos articulistas e colaboradores, além da própria posição de independência do jornal.

O dinamismo e a determinação fizeram com que, superando as inúmeras dificuldades, o "Jornal do Estado" galgasse a posição de destaque que atualmente possui, de um veículo de comunicação identificado com os reais interesses do povo paranaense.

Neste sentido, os cumprimentos pelo transcurso do quarto ano de circulação do jornal, extensivos a todos os que integram o quadro de jornalistas, repórteres, fotógrafos, gráficos e publicitários, pelo papel que desempenham com profunda consciência profissional.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à direção do "Jornal do Estado".

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação de voto de congratulações ao Sr. Roberto Barrozo Filho, Diretor-Presidente do "Jornal do Estado", pela passagem do quarto aniversário desse idôneo veículo de comunicação, que desde 1983 vem se destacando pela relevante presença no jornalismo paranaense.

Requer, ainda, que da decisão da Casa, se dê ciência ao referido empresário.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação em Ata desta sessão, de voto de congratulações ao novo Conselho Geral recentemente eleito da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, representado pelas figuras mais destacadas das classes empresarial, social e médica.

Outrossim, requer ainda, que da decisão da Casa se dê ciência ao seu provedor,

Dr. Ivo Arzua.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação em Ata desta sessão, de voto de congratulações ao colunista Alcy Ramalho Filho, criador e organizador do I Concurso Gralha Azul de Literatura Brasileira, lançado em 09 de janeiro do ano passado, que conseguiu devolver ao Paraná a sua posição de vanguarda no cenário literário nacional, além de uma integração interestadual na arte das letras.

Requer ainda, que da decisão da Casa se dê ciência ao referido colunista do mensageiro "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação de um voto de regozijo pela eleição da nova Diretoria da Sociedade Rural de Maringá, cuja composição é a seguinte:

Presidente:

HELIO EDYS COSTACURTA

1. Vice-Presidente:

JOAQUIM ROMEIRO FONTES

2. Vice-Presidente:

OTÁVIO CHAVES JÚNIOR

3. Vice-Presidente:

ALOISIO BASTOS

Requeiro, ainda, se dê ciência do presente aos diretores acima nominados.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação de um voto de regozijo, pela eleição da nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná - AERP, cuja composição é a seguinte:

Presidente: Augustinho Seleski; Vice-Presidente de Televisão: Dr. Francisco da Cunha Pereira; Vice-Presidente da Capital e Litoral: João Lydio Seimier Bettega; Vice-Presidente do Centro-Sul: Iraci Travissani Rosa; Vice-Presidente do Sudoeste e Oeste: Caetano Bernardo Filho; Vice-Presidente do Noroeste: Ephrain Marques Machado; Vice-Presidente do Norte: Alexandre Marques Guimarães; Secretário Geral: Waldir Pagnoncelli; Vice-Secretário: Luiz

Valmor Sanguetta; Tesoureiro: Luiz Ernesto Alves Pereira; Vice-Tesoureiro: Carlos Piovezan Filho; Conselho Fiscal: Samuel Silveira, Ludovico Mickosz, Maurício Miguel Nasser Abrão, Hélio Advino Winter, Sérgio Luiz Cadini e Maurício Quintino Tosa.

Requeiro ainda, se dê ciência do presente aos diretores acima nominados.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de votos de apoio desta Casa, à Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense, nas reivindicações apresentadas ao Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias, no dia 12 transato.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dado ciência aos prefeitos da Região, através da referida Associação.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Em documento entregue ao Governador durante audiência do dia 12, a AMSOP apresentou uma planilha de reivindicações para o setor agrícola que coincide com as defendidas por este Parlamentar.

Foi colocada também a situação difícil das prefeituras, reflexo da crise vivida pela agricultura em decorrência do fracasso do plano cruzado.

Mesmo com a implantação de um novo pacote econômico, faz-se necessário que agricultores e prefeitos do Sudoeste continuem lutando por suas justas reivindicações, as quais são motivos de solidariedade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Votação Nominal ao Requerimento de sua autoria, que se encontra sobre a mesa.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n. 63/84, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, o adiamento por 5 (cinco) sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei n. 238/86, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Art. 134, § 2º, inciso V, do Regimento Interno, que a emenda apresentada neste turno ao Projeto de Lei n. 18/86, seja transformada em projeto de lei separado.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e após ouvido o Plenário, REQUER, seja marcada para dia 19 de agosto de 1987, às 15:00 horas a Sessão Solene de outorga do título de Cidadania Honorária do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Justino Araujo Vilela, de acordo com a Lei n. 8443.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido este Douto Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, Doutor BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR, no sentido de viabilizar a implantação de 5.ª a 8.ª séries do 1.º Grau, nas localidades de Vista Alegre, Natingui e Caetê, no Município de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

O problema apresentado pelas localidades mencionadas, no Município de Ortigueira, não difere de muitos outros de nosso Estado e tem, indiscutivelmente, reflexos profundos na sociedade como um todo.

Não obstante, esforços envidados por parte das autoridades constituídas, com o fito de proporcionar toda sorte de condições, dispendendo altas somas à estrutura do ensino em nosso País, há que se admitir a carência de amplitude desta forma de ensino em muitas localidades.

Destarte, não raro é verificar-se o educando cursar as primeiras séries do 1.º grau e, por não contar com esse tipo de ensino, tão necessário a sua formação como uma opção de galgar novos graus, limitar-se ou desviar-se de seus mais caros ideais, quando não, obrigar-se a recorrer a outros centros que possam proporcionar-

-lhe essa condição, o que por vezes torna-se por demais oneroso e além de suas possibilidades.

Assim, apela este Parlamentar por providências que visem minimizar esse sério problema, fundamental ao desenvolvimento cultural de nosso povo e, por extensão, ao Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de telex ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e ao Senhor Ministro da Fazenda, solicitando que além do gatilho salarial a ser acionado em junho, sobre a inflação de maio, também seja pago o resíduo e a inflação de junho, em um gatilho no mês de julho.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de aplausos à SIX- Superintendência da Industrialização do Xisto e à Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem- SPVS, de Curitiba pela elaboração e manutenção respectivamente do brilhante e oportuno projeto "Arca de Noé", o qual "resguardará a fauna que habitava, em abundância esta região há algumas décadas e trará alegria aos nossos filhos, netos e bisnetos por poderem conhecer ao vivo e não em fotos, os animais que aqui já viveram, conforme declarou o engenheiro Ernani Zamberlan, Chefe do setor de Meio Ambiente da SIX.

Requer, ainda, se dê ciência da decisão da Casa às referidas Superintendência e Sociedade.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado à Polícia Federal, para que estudem a viabilidade de implantar no Município de Maringá, um Posto Avançado de atendimento aos interessados à naturalização, na expedição de segunda via ou novas carteiras de identidade para estrangeiros, passaportes e, também para efetuar repasse das cédulas de identificação alusivas ao cadastramento de estrangeiros processado a partir do ano próximo passado.

Para tanto, movimento está sendo feito

junto ao Senhor Prefeito do Município para que firme convênio com o Departamento da Polícia Federal (Serviço de Identificação de Estrangeiros), para o aludido atendimento, no Paço Municipal.

A medida visa facilitar a entrega e requisição de documentos em geral, já que, mantida a sistemática atual, a maioria dos estrangeiros em Maringá radicados, principalmente os da Colônia Japonesa, enfrentam renovados empecilhos, que variam desde a dificuldade de comunicação até o deslocamento à cidade de Londrina, onde não possuem, inclusive pontos de referência para a localização daquela Delegacia.

Trata-se de um contingente significativo de interessados e a municipalidade, sempre atenta aos problemas da comunidade, certamente não criará óbices com a cessão de instalação e equipamento necessário à manutenção do serviço, já que, desde longa data vem lutando em prol da implantação da Delegacia de Polícia Federal, extremamente imprescindível numa Cidade com o destaque e localização estratégica como Maringá.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor ÁLVARO FERNANDES DIAS, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando a inclusão do Comando Geral da Polícia Militar do Paraná, no Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) RAUL LOPES.

JUSTIFICATIVA:

A política criminal não pode prescindir dos conhecimentos técnico-profissionais do Comando Policial Militar, pois é esta Corporação que trava o contacto diuturno com o Povo e com o marginal, armazenando dados indispensáveis para o combate à criminalidade nas suas causas e efeitos. Quanto a política penitenciária, a Polícia Militar vem acumulando, ao longo dos anos uma experiência ampla no que se refere ao penitenciariismo. Tal afirmativa prende-se ao fato de que a guarda de presídios já há muito vem sendo executada quase que exclusivamente por Policiais Militares, os quais fazem a segurança externa, revistas às celas, policiamento ostensivo nas disciplinas dos encarcerados, nas greves e nas ocorrências internas.

Por esses fatos, é indispensável a participação do Comando da Polícia Militar no Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária, motivo pelo qual este Parlamentar requer o envio do citado ofício.

cio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para o Centro Espírita Alan Kardec- Casa de Sopa Doutor Lepoldino, de Umuarama.

Uma vez aprovado, Requer, que se dê ciência ao Ilustre Senhor Albino Gabriel, Presidente da Entidade aludida, e ao Excelentíssimo Senhor Vereador Sebastião Calixto Barbosa, Líder do Partido da Frente Liberal, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

A referida instituição presta excelentes serviços à comunidade local, no atendimento aos carentes que necessitam de cuidados e de carinho. Os recursos ora solicitados, em muito ajudarão pois os que procuram a entidade, merecem atenção e do órgão é exigido correspondência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente à Presidente da PROVOPAR, Primeira Dama do Estado, Senhora Débora Dias, solicitando a essa entidade, o envio de 1 mil cobertores para a instituição Lar São Vicente de Paula, no distrito de Vila Alta, em Umuarama.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão desta Casa ao Senhor Vereador José Ilton de Oliveira, de Umuarama, e a Presidência da Instituição em referência.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional, Doutor ODENI VILLAÇA MONGRUEL, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão no Município de Santa Amélia, podendo ser firmados os con-

vênios necessários através de consulta prévia ao Senhor Prefeito Municipal, Angelo Ottênio, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, Requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Santa Amélia.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, Doutor Odeni Villaça Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Santa Amélia, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Senhor Prefeito Municipal, Angelo Ottênio, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, Requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Santa Amélia.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional, Doutor Odeni Villaça Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de cem casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão no Município de Santa Mariana, podendo ser firmado, os convênios necessários através de consulta prévia ao Senhor Prefeito Municipal, Luiz Bassi, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, Requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Santa Mariana.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao Ilustre Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, Doutor Odeni Villaça Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de cem casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Santa Mariana, podendo ser firmados os convênios necessários, através de consulta prévia ao Senhor Prefeito Municipal Luiz Bassi, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, Requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Santa Mariana.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias, para que seja estudado junto aos Bancos Estaduais, BADEP, BANESTADO e BRDE, um plano de crédito simplificado aos agricultores, isto é, que as dívidas sejam salda-das com mercadorias produzidas pelos próprios agricultores.

Requer, ainda, que da decisão da Casa seja dado ciência à FAEP, Federação da Agricultura do Estado do Paraná, à OCEPAR - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná e à FETAEP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Dada a situação de insegurança econômica, a qual sobrecarrega os agricultores com custos financeiros bem acima de suas capacidades de absorção, há necessidade urgente da criação de uma nova modalidade de crédito, que lhes dê segurança no futu-

ro.

Na situação atual, os índices de correção monetária estão em níveis bem superiores ao reajuste do valor recebido pelos produtos agrícolas, o que está levando os produtores à inadimplência por não poderem saldar suas dívidas de custeio e investimentos junto aos bancos.

Pagando com os seus próprios produtos (milho, feijão, arroz, soja, bois, etc), o agricultor tem assegurada a viabilidade de saldar seus compromissos, mesmo que os preços destes produtos sofram alterações acentuadas na época do pagamento.

O plano de crédito simplificado se baseia no pagamento direto da dívida, sem o uso da moeda. Na hora da compra calcula-se a quantidade de produtos pelo preço mínimo de garantia a serem entregues. Na época do pagamento, pode ser entregue a mercadoria estipulada, ou o seu valor correspondente ao preço do dia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, solicitando o estabelecimento imediato dentro do orçamento estadual, de uma verba fixa para a manutenção da Casa do Estudante Universitário- CEU.

Requer, ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência aos moradores da referida instituição- CEU, através de seu presidente José Cândido de Abreu e a todos os seus moradores.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Muitos são os jovens que, residentes no interior do Estado, precisam mudar-se para Curitiba, para cursarem uma universidade. Entretanto, os custos de uma estadia fora da casa familiar são muito altos. Moradia, alimentação, transporte, material didático, e, no caso dos que cursam faculdades particulares, as mensalidades, são fatores que sobrecarregam o orçamento dos pais.

Além disso, dificilmente o jovem que tem parte do seu dia ocupado pelos estudos consegue um emprego que lhe permita se auto-sustentar. Isto faz com que, cada vez mais, o ensino superior se restrinja a uma parcela de privilegiados. Muitos sonhos de jovens interioranos que poderiam ser grandes profissionais, morrem diante da impossibilidade de cursarem uma faculdade.

Nesse contexto, são muito importantes instituições como a CEU, que oferece moradia e alimentação a universitários do interior do Estado por um preço simbólico -

um quarto do salário.

Fundada há quase quarenta anos, em 1948, a CEU vem abrigando sucessivas gerações de estudantes e hoje nela vivem quatrocentos e dez universitários. Entretanto, seu restaurante teve que ser fechado e a direção afirma que a Casa vive a crise mais prolongada de sua história. É que desde que foi criada em regime de fundação, a CEU nunca teve uma verba fixa concedida pelo Governo do Estado, apesar de todos os governadores, seguindo uma tradição, terem cedido recursos que eram complementados com a receita própria. Neste ano, entretanto, a verba recebida até agora, CZ\$ 100 mil, foi insuficiente, já que a previsão de gastos com alimentação, para todo o ano é de pouco menos que CZ\$ 1.800 mil.

Um país jovem como o Brasil não pode descuidar da formação daqueles que integrarão o setor produtivo, técnico e intelectual de amanhã. Sendo assim, é momento do Governo do Estado definir seus compromissos com a CEU e colaborar efetivamente na manutenção da entidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Fazenda e ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando seja prorrogado para o final do mês de setembro, após a colheita de trigo, o vencimento dos empréstimos agrícolas efetuados pelos agricultores que sofreram frustração de safras, e que atualmente são obrigados a se desfazerem prematuramente de tratores, implementos agrícolas e até bens pessoais, para fazerem frente a tais compromissos.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Caíto Quintana, Sabino Campos, Haroldo Rodrigues Ferreira e Nelson Vasconcellos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário dos Transportes encarecendo a importância da pavimentação do acesso à Cidade de São Jorge do Patrocínio, a partir da rodovia Pérola- Altônia, bem como da implantação de revestimento asfáltico interligando vias de ligação intermunicipais.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Doutor Rubens Bueno, solicitando a liberação de verba, por esta Secretaria, para manutenção da creche Recanto das Crianças do Distrito de Lovat, no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A Creche Recanto das Crianças do Distrito de Lovat, atende quarenta e seis crianças de famílias carentes, prestando portanto, relevantes serviços a esta Comunidade, possibilitando às mães ingressarem no mercado de trabalho, o que é de fundamental importância na constituição do orçamento destas famílias de renda extremamente baixas, agravada ainda pelas dificuldades que a classe trabalhadora vem enfrentando em vista da difícil situação econômica que o País atravessa.

Considerando a importância da destinação deste recurso para o funcionamento em condições compatíveis com as necessidades daquela mais premente instituição filantrópica, solicitamos seja enquadrado como prioritário o seu atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Doutor Rubens Bueno, solicitando a liberação de verbas para auxílio à manutenção da Associação de Assistência aos Surdos e Mudos - ASSUMU - do Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Assistência aos Surdos e Mudos - ASSUMU, inscrição n. 76 - Livro A/PJ, CGC 77218048/000-1-03, com sede à Rua Voluntários da Pátria, 2710 - na Cidade de Umuarama, entidade assistencial que visa atender indivíduos portadores de deficiência da audiocomunicação, tem caráter beneficente, não sendo nenhum cargo de diretoria remunerado e não distribuindo lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores, associados ou colaboradores sob nenhuma forma ou pretexto.

Salientando os inestimáveis serviços que a entidade presta à comunidade umuaramense, neste campo, ainda muito pouco assistido, que são os deficientes físicos, seria de grande significado a liberação

por esta Secretaria de recursos visando auxiliar a manutenção daquela Associação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, solicitando a instalação de uma Auditoria no DER e em seus Distritos Rodoviários, para apurar as irregularidades denunciadas nos documentos em anexo.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

Os documentos em anexo (cópias) enumerados de 01 a 56 por si só comprovam dezenas de irregularidades evidentes no DER e Distritos Rodoviários que necessitam urgentemente de uma apuração e punição dos implicados. A população paranaense tem o direito de saber o destino dos recursos arrecadados através do impostos, tarifas e taxas.

Conservo em mãos originais, cópias e fotocópias dos documentos em anexo, além de fotografias que atestam a veracidade de algumas denúncias.

A bem do serviço público, da moralidade e transparência da administração, estes fatos devem ser apurados e, após a comprovação, punidos os responsáveis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário Estadual de Saúde, ao Superintendente Regional do INAMPS no Paraná, e ao Prefeito Municipal de Dois Vizinhos, solicitando providências imediatas com relação ao documento anexo, já encaminhado a estes órgãos, que denuncia irregularidades e pede providências com relação a cobrança ilegal de taxas aos previdenciários rurais e a implantação do Sistema AIS (Ações Integradas de Saúde) no Município de Dois Vizinhos, haja vista estarem os trabalhadores rurais daquele município sem atendimento ambulatorial, embora estejam contribuindo regularmente com a Previdência Social, REQUER, ainda, envio de cópia do presente requerimento ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dois Vizinhos, à Rua Zacarias de Vasconcelos, 397 - Dois Vizinhos - PR.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após

ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Turvo solicitando a construção de uma escola para a comunidade de Pilão Velho, naquele Município, tendo em vista que existem dezesseis crianças daquela comunidade que estão há nove meses sem aulas, por falta de escola e professora, REQUER, ainda, envio de cópia do presente ao Senhor Aristen Chickoski, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Senhor Doutor WILSON DE ANDRADE RIBEIRO, Digníssimo SUPERINTENDENTE ESTADUAL DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, solicitando auxílio financeiro, para a SOCIEDADE DOS AMIGOS DE CRUZEIRO DO OESTE, Rua Edvinoz Koterba, 374.

Uma vez aprovado, REQUER, que se dê ciência ao ilustre Presidente da Entidade aludida, Senhor Irineu Pascoaloto, e ao Excelentíssimo Senhor Vereador Massashi Mariushi, de Umuarama - PR.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A referida instituição presta excelentes serviços à comunidade local, no atendimento aos carentes, que necessitam de cuidados e de carinho. Os recursos ora solicitados em muito ajudarão pois os que procuram a entidade merecem atenção e, do órgão é exigido correspondência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, solicitando providências no sentido de ser obrigatório melhor identificação de veículos transportadores de cargas perigosas, e aplicações de critérios que permitam maior rigidez na fiscalização do limite de velocidade, e extensivo também aos veículos usados para o transporte coletivo de passageiros, pois é comum o trânsito em alta velocidade por não estarem equipados com o tacógrafo, que deveria ser obrigatório.

Requer ainda, seja encaminhado ofício ao DNER, solicitando uma mais efetiva fiscalização, notadamente nas BRs-116 e 101, onde têm ocorrido elevado índice de acidentes envolvendo caminhões com cargas perigosas (gases tóxicos, ácidos corrosivos, inflamáveis) e ônibus.

Sala das Sessões em 17.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Os números assustadoramente grandes de acidentes em rodovias por si só justificam uma maior fiscalização nos trechos paranaenses da BR-101 e da BR-116. Em maio, cerca de 30 pessoas morreram em acidentes ocorridos nas rodovias federais, dentro do Paraná. A causa destas mortes geralmente é o desrespeito às normas de trânsito pelos motoristas, somado às condições deficientes de conservação das pistas.

Assim, conclui-se que, melhor identificação no uso de tacógrafos e efetiva fiscalização, surtiriam efeito positivo na luta por um transporte sadio, que não sacrifique barbaramente a vida de tantos cidadãos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão, no Município de Congonhas, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, José Olegário Ribeiro Lopes, o qual temos certeza, tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, Requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Congonhas.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Congonhas, podendo ser firmados os convênios necessários através

de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, José Olegário Ribeiro Lopes, o qual temos certeza, tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, Requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Congoinhas.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente aos membros da Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, sugerindo uma política liberal para o segmento assistencial que afaste de modo conclusivo a proposta de estatização progressiva dos hospitais e estabelecimentos de saúde.

Requer ainda, seja dado ciência da decisão da Casa, ao Sindicato dos Estabelecimentos de Serviço de Saúde no Paraná: Rua Mauá, 743, Alto da Glória - 80.030 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A rede privada de estabelecimentos de saúde é responsável por 80% dos atendimentos. Mas tem sido remunerada, dentro dos convênios firmados com a Previdência Social e com Estados e Municípios, com valores inferiores aos gastos. Mesmo assim, essas instituições nunca falharam no atendimento à população.

No momento em que se elabora a nova ordem constitucional brasileira, é conveniente lembrar que, se até hoje o segmento assistencial sobreviveu aos parcos recursos do Estado e à difícil situação financeira do País, foi por causa da capacidade empresarial da iniciativa privada, empenhada em salvaguardar suas empresas e tudo o que elas significam para a manutenção da saúde dos brasileiros.

Neste quadro, é no mínimo temerário transferir para o Poder público o controle do segmento assistencial sob a pretensão de "democratizar" os serviços médicos. Este contra-senso pode levar a criação de mais uma máquina administrativa exageradamente grande que, como todo "elefante branco", não pode oferecer nenhuma garantia de eficiência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando o reajuste salarial para o funcionalismo público e disparo do gatilho referente aos meses de maio/87 e período de 01 a 12 de junho/87, proporcionalmente.

1. Governador do Estado, Álvaro Dias.

2. Secretário de Estado das Finanças, Luiz Carlos Hauly.

3. Secretário de Estado da Administração, Mário Pereira.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Ao decretar na sexta-feira passada o novo congelamento, o Governo anunciou ao mesmo tempo uma montanha de reajustes nos seus próprios preços, tais como tarifa de energia elétrica, telefone, combustíveis e etc, além dos aumentos nos chamados preços administrados. Todas essas tarifas acumulam, agora, reajustes superiores à inflação deste ano.

Além das tarifas públicas, também sofreram aumento o pão e o leite, que eram enquadrados no regime de preços controlados - agora congelados. De janeiro até agora, o preço do leite já subiu 436% contra uma inflação no período, de 126,8%.

Com o novo plano econômico, e consequente congelamento dos salários, o funcionalismo público sofrerá um arrocho salarial com perda de aproximadamente 30%.

Portanto, é necessário que seja revisito, com urgência, o reajuste do funcionalismo público e o pagamento do gatilho referente ao mês de maio/87 e período de 01 a 12 de junho, quando foi decretado o novo congelamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional, Doutor ODENI VILLACA MONGRUEL, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão no Município de NOVA FÁTIMA, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Senhor Prefeito Municipal, Ramiro Fraiz Martine, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, REQUER se dê conhecimento

ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Nova Fátima.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, Doutor ODENI VILLACA MONGRUEL, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de NOVA FÁTIMA, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Senhor Prefeito Municipal, Ramiro Fraiz Martine, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, REQUER, ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Nova Fátima.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Jorge Bornhausen, Digníssimo Ministro da Educação, solicitando gestões para a implantação de uma Escola Técnica Federal no Município de Maringá, que ofereça cursos de Eletrotécnica, Eletrônica e Mecânica.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pelo fato de que o Município de Maringá se encontra localizado em região geográfica extremamente privilegiada e, como decorrência natural, polariza um vasto rol de municípios.

Sendo um dos maiores centros produtores da Região Sul do Brasil, contando com grandes empreendimentos nas áreas comercial, industrial e agropecuária, Maringá ainda permanece deficiente em muitos setores da atuação humana.

Maringá é sede de Superintendência Regionais de Empresas Estatais como TELEPAR, SANEPAR, COPEL e, também abriga empreendimentos da iniciativa particular que atuam no ramo da eletrotécnica, eletrônica, mecânica e em outras operações similares, e que, para preencher a demanda de mão-de-

-obra existente, muitas dessas empresas são obrigadas a buscar técnicos em diferentes pontos e Estados brasileiros, cujo fator vem colaborando no sentido de que hajam excessivas especulações e, como resultado, os custos de manutenção desses profissionais tornam-se preocupantes e insuportáveis para muitas empresas, sobretudo de iniciativa particular.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz George Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando viabilizar estudos para a abertura e pavimentação da estrada que liga a Cidade de Itambé a Maringá, numa distância aproximada de dezessete quilômetros, por constatar a necessidade que esta requer na região, prioritariamente beneficiando o setor agrícola, que é altamente explorado por pequenos e médios produtores na região.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz George Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando-lhe seja viabilizada a abertura e pavimentação da estrada que liga a Cidade de Maringá a Astorga, numa distância aproximada de vinte e dois quilômetros, constatando-se a necessidade que esta requer na região, enfatizando o benefício ao setor agrícola, que é altamente explorado na área por pequenos e médios produtores agrícolas, o que, por consequência, beneficiaria as regiões circunvizinhas, movimentando divisas e tributos.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR, solicitando o valioso empenho daquela autoridade no sentido da criação e implantação do Ensino de 2. Grau do Curso de Magistério na Escola Estadual Poliva-

lente - Ensino de 1.º Grau, de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A pretensão em apreço, emanada da Direção e da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Polivalente - Ensino de 1.º Grau, está fundamentada em justas razões expostas por aquelas representações quanto à necessidade de implantação do Ensino de 2.º Grau do Curso de Magistério naquele estabelecimento, reivindicação esta que de há muito vem formulando a população local, mais diretamente os pais de alunos, traduzida numa carência desse tipo de ensino.

A par dessas prioridades a considerar, o estabelecimento em questão está plenamente apto a ministrar o referido curso, tanto do ponto de vista físico quanto pela qualidade de profissionais de que dispõe, possuindo instalações as mais adequadas, e um corpo docente de excelente nível, com especialização específica para o Ensino de 2.º Grau, além a implantação não se constituir prejuízo ao desenvolvimento das atividades do 1.º Grau e, particularmente, não vir onerar os cofres públicos.

Outro fator importante é que a Escola está situada numa região de grande densidade de alunos, como: Vila Esmeralda, nas proximidades do Núcleo Habitacional Monteiro Lobato (4.000 habitantes), Vila Liane (2.500 habitantes); Jardim Carvalho (4.000 habitantes), Parque Santa Lúcia (2.000 habitantes) e Vila Chapecó com (2.000 habitantes).

Quanto ao aspecto de espaço físico, possui dez salas de aula ociosas, sanitários e vestiários, laboratórios para Física, Química, salas especiais, quadra esportiva polivalente, oficina para iniciação ao trabalho, além de contar com excelente material audiovisual e outras condições mais, que o colocam numa situação privilegiada para o pleno desempenho do curso em questão.

Assim, nada mais justo que, preenchendo os requisitos exigidos, venha aquele estabelecimento ser agraciado com esta prerrogativa, pois além de ser uma necessidade, constitui-se em medida do mais elevado alcance social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja considerado lido o Manifesto das Associações Comerciais e Industriais de Maringá e Região, contra a Ferrovia Norte-Sul, em anexo, e registrado nos Anais desta Casa.

Da aprovação deste, REQUER, ainda, que

se dê ciência aos Ilustríssimos Senhores Presidentes das Associações Comerciais e Industriais de: Maringá, Umuarama, Campo Mourão, Paranavaí, Nova Esperança, Pérola, Terra Rica, Japurá, Cianorte, Ivaiporã, Altônia, Nova Londrina, Loanda, Mandaguari, Marialva, Engenheiro Beltrão, Araruna, Tapejara, Jandaia do Sul e Associação Comercial e Industrial e Agropecuária de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

O texto do referido manifesto, em anexo, dispensa justificativa.

MANIFESTO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS DE MARINGÁ E REGIÃO.

CONTRA A FERROVIA NORTE-SUL.

Novamente a Nação Brasileira é forçada a assistir a mais um espetáculo deprimente proporcionado pelos desmandos, pelo autoritarismo, pelas falcatrues e negociatas ilícitas a que estão acostumados os Governos deste País.

A Nova República que dentre tantas outras mirabolantes promessas se propôs a consertar este País, a colocá-lo nos trilhos, é monumentalmente descarrilhada pelo escândalo da concorrência fraudulenta para a construção da Ferrovia Norte-Sul.

Como brasileiros, contribuintes ao erário público, cidadãos promotores da riqueza desta Nação, manifestamos publicamente nosso veemente protesto e total repúdio contra a idéia de construção desta famigerada ferrovia, fruto de desejos megalomaniacos, que visa tão somente o benefício de poucos que são mancomunados ao poder em detrimento de toda uma população carente de outros projetos e realizações que propiciem melhoria na qualidade de vida, como moradia digna, saúde ao alcance de todos, educação e transporte acessíveis, enfim, a infra-estrutura básica para uma vida com dignidade.

Queremos nos posicionar frontalmente contra a construção desta ferrovia, sabedores de que a mesma não irá trazer benefícios ao povo brasileiro, muito pelo contrário, irá causar mais dificuldades, pois cada dólar para o seu pagamento sairá dos combalidos bolsos de nós, cidadãos contribuintes.

As cifras apresentadas pelo governo, na ordem de 2,5 bilhões de dólares são irreais, podendo os custos de sua construção avançar até à alarmante marca de 7,5 bilhões de dólares. Um valor ou outro, não importa, ambos farão um rombo respeitável num País que não consegue sequer pagar os juros dos 110 bilhões de dólares que deve

ao exterior.

Já temos a Ferrovia de Carajás e, agora, com essa Norte-Sul, vamos ter a Ferrovia de Marajás, nas palavras do Senador Affonso Alves de Camargo Neto.

"Sairia mais barato pagar as comissões aos interessados do que fazer a obra", ainda utilizando-se das palavras do ilustre Constituinte.

"Um Governo não pode ficar distribuindo dinheiro para os apaniguados do poder", manifestou-se o Deputado Guilherme Afif Domingos.

"Os delírios de grandeza tão comuns na época do chamado milagre, persistem, mesmo quando o País vive uma crise sem precedentes na sua história, a qual se mostra extremamente profunda na economia e nas finanças.

"Parece que o Governo se esqueceu completamente da lição proporcionada pela faraônica Transamazônica e insiste agora nesta obra, que não tem qualquer prioridade e que apenas poderia ser imaginada, e mesmo assim com muito critério e estudo acurado, em um tempo de fartura".

"Ao preço de 7,5 bilhões de dólares, a Norte-Sul tomará um terço do que foi gasto em Itaipu, maior hidrelétrica do mundo e dez vezes mais do que se investiu na construção de uma rodovia como a Rio-Santos. O custo elevadíssimo do projeto, porém, é apenas um dos problemas.

Itaipu gera quilowatts que são queimados e a Rio-Santos liga dois pólos econômicos de porte, separados pelo melhor trecho do litoral brasileiro em termos turísticos. A Norte-Sul rasga o Estado de Goiás e liga o Distrito Federal ao Maranhão, entre seu início, junto a Brasília, e seu fim, na Ferrovia dos Carajás, com a qual se entroncará em território maranhense, a Norte-Sul corta suspeito vazio econômico. Ali existe uma agricultura insipiente apenas 5% da área é utilizada para o cultivo de grãos -, e um rebanho bovino que não é pequeno, mas que já viaja para outras regiões do País a bordo de caminhões, sem que isso represente um problema para os criadores. A esses vícios genéricos pode-se acrescentar vários outros que o megaprojeto da Norte-Sul adquiriu ao nascer (revista Veja NR 975, pág. 92).

A região que a Ferrovia Norte-Sul, vai abranger produz apenas 3 milhões de toneladas de grãos anuais, e o Paraná, que sozinho produz quase dez vezes mais, ou seja 21% da produção nacional de grãos, há anos vem lutando pela Ferrovia da Produção que ligará também o Estado do Mato Grosso do Sul ao Porto de Paranaguá.

A estimativa de safra 1986/87 da Companhia de Financiamento da Produção - CFP, do Ministério da Agricultura, mostra a sensível diferença de produção dos dois

Estados, Maranhão e Goiás, que serão os beneficiados com a Ferrovia Norte-Sul com o Paraná. Começando pelo algodão, a estimativa de produção, somado os Estados de Goiás e Maranhão, chega perto de 24 mil toneladas, contra 244 mil toneladas previstas para o Paraná. A produção estimada de feijão para os dois Estados juntos é de 90 mil toneladas e Paraná chega a ultrapassar 400 mil toneladas. Na cultura do milho a diferença é mais gritante, segundo a estimativa da CFP: 3 milhões e 87 mil toneladas no Maranhão e Goiás, contra uma safra que chega a 7.549.000 toneladas no Paraná. Com relação à produção do soja, o Paraná também se destaca: A previsão da safra dessa cultura é de 3 milhões e 88 mil toneladas contra 1 milhão e 15 mil toneladas de Goiás e Maranhão juntos. Na cultura do arroz Goiás e Maranhão ficam na frente com uma previsão de 2 milhões e 358 mil toneladas, superior a do Paraná estimada em apenas 372 mil toneladas.

Precisamos de austeridade, de lisura, de seriedade, e chega a ser absurdo o fato de ao mesmo tempo em que somos obrigados a decretar uma famigerada moratória externa por absoluta falta de recursos para pagamento dos juros, o Governo decida-se pela construção de uma ferrovia que terá seu ponto final em uma região pouco desenvolvida.

Em absoluto, não estão sendo levadas em conta as prioridades brasileiras.

"Hoje o País deve fazer apenas obras que tragam benefícios a curto prazo e em setores fundamentais como silagem e energia. Obra como essa de retorno duvidoso, deve ser deixada para quando a situação melhorar (Mário Amato - Presidente da FIESP).

Pelas razões de ordem econômica expostas e por centenas de outras que poderiam ser arroladas, pelo escândalo já devidamente comprovado, agora, há à sua frente inúmeras prioridades das quais o País necessita e que urge sejam feitas.

Por isso apelamos ao Senhor Presidente da República, aos Senhores Governantes, Senhores Políticos, que impeçam a construção desta Ferrovia que já se tornou unanimidade nacional, todos são contra.

Não admitimos que mais uma vez o povo seja espezinhado, não seja ouvido.

É necessário que os Senhores Políticos, assentados nos votos de milhares de eleitores, representem condignamente este mandato que lhes foi outorgado, pugnando pelos interesses da Nação e de seus cidadãos, que não querem assistir impunes desmandos e falcatrias de Governos ilegítimos.

A classe produtora de Maringá e região repudia mais este ato deste Governo e manifesta sua esperança de que prevaleça o

bom senso, e que sejam respeitados os interesses maiores da Pátria.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 104/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica denominada a estrada que liga Japurá a São Carlos do Ivaí, de "Maria Nifa Garanhão".

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei pretendemos prestar justa homenagem a Maria Nifa Garanhão, pioneira que sempre trabalhou para o progresso e o crescimento do Município de Japurá.

Natural de São João da Boa Vista, São Paulo, mudou-se para Japurá em 1963, onde morou até o seu falecimento ocorrido em 29 de março de 1986.

Sua passagem pela região destaca-se, ainda, pelo seu elevado espírito de amor e respeito que sempre dedicou às pessoas e coisas da região.

Com o seu desaparecimento, ficou o exemplo da honestidade, trabalho e luta.

Desta forma, nada mais justo que rendermos nossa homenagem àquela que muito contribuiu para o crescimento deste Município.

Histórico Pessoal

Nome: Maria Nifa Garanhão

Data de Nascimento: 18 de junho de 1910.

Filha de: Francisco Galo e Josepha Pagani.

Data de Falecimento: 29 de março de 1986.

Natural de São João da Boa Vista - SP. Mudando-se ainda menina para Andradadas - MG, onde casou-se, em 29 de dezembro de 1934, com Reinaldo Garanhão e tiveram 4 filhos; todos nascidos em Andradadas - MG.

Em 1948, a procura de uma vida melhor, deslocou-se com a família para o Norte do Paraná. Mudando-se para Cornélio Procopio, Cambé e finalmente, em 1963, para Japurá. Vindo morar, pela primeira vez, em terras de sua propriedade.

A vinda para Japurá teve início em 1958, quando o esposo comprou 4 alqueires de terras, lote n. 195, Gleba Japurá, Sítio Santo Antônio, situado na Estrada Iguapeí deste Município. Terras estas compradas com muito trabalho e muito suor de seus rostos. Juntamente com o sítio foi adquirido um lote de terras, no Patrimônio, (como se dizia na época) onde foi

construída uma casinha de madeira. Japurá ainda era Distrito de São Tomé.

Pioneiros: ao chegar em Japurá não tinha água, e foi preciso cavar um poço de 40m; não tinha luz, meio fio, nada. Carro, na cidade, via-se um ou outro, de quando em quando.

Dona Maria viu Japurá crescer e progredir. Maria Nifa ou simplesmente Nifa como era popularmente chamada pelos amigos, foi uma lutadora na vida e na morte. Na vida não mediu esforços para dar a seus filhos condições de vida melhor que a sua, colocando-os desde cedo na escola. Lugar que ela gostaria muito ter frequentado, mas nunca pôde. Sabedora do quanto é difícil não saber ler, jurou a si mesmo que nem que tivesse que passar fome seus filhos iriam para a escola. Dona Nifa não mediu esforços, também, para ajudar no trabalho, com uma disposição de ferro que sempre tinha, os vizinhos necessitados, principalmente senhoras com filhos pequenos.

Criou seus quatro filhos debaixo dos pés de café e com o leite de seu próprio peito. Numa ocasião, amamentava seu filho e outra criança cuja mãe não tinha leite.

Na morte lutou para não ficar enferma numa cama, para não dar trabalho a ninguém. Teve derrame cerebral na quarta-feira Santa e faleceu no sábado. Morreu de um "golpe" como costumava pedir a Deus e foi atendida.

PROJETO DE LEI N. 105/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica instituído um desconto de 50% (cinquenta por cento) nas passagens de ônibus intermunicipais para os estudantes do 2.º grau e universitários.

§ 1.º - O estudante deve comprovar estar matriculado em estabelecimento de ensino localizado no Estado do Paraná.

§ 2.º - O benefício será concedido exclusivamente durante o período letivo, conforme calendário da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 2.º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Apoiamento: João Arruda, Antônio Belinati, Algaci Túlio, Antônio Costenaro Neto, José Alves e Valderi Mendes Vilela.

JUSTIFICATIVA:

São muitos os estudantes, principalmente do interior do Estado que, para po-

der estudar, precisam se deslocar de seus municípios de origem para aqueles onde estão localizados os estabelecimentos de ensino.

Tal necessidade demanda um aumento substancial nas despesas, onerando ainda mais os parcos orçamentos dos estudantes. A maioria, inclusive, estuda a noite, pois trabalha durante o dia para poder se manter, tendo em vista que segundo pesquisas, mais de 50% dos estudantes são assalariados ou filhos de assalariados.

A medida que estamos propondo estende aos estudantes residentes no interior, benefício que já existe no perímetro urbano de muitos de nossos Municípios, como Maringá, Campo Mourão, etc.

Confiamos, portanto, contar com o apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio)

Aprovada a Ata.

Lido expediente, passamos ao Pequeno Expediente. Com a palavra o Deputado Gerônimo Kirinus.

(Ausente).

Estando ausentes, passamos a palavra ao Deputado Sabino Campos, inscrito.

O SR. SABINO CAMPOS - (Lê):

"Senhor Presidente e Senhores Deputados:

Uma das medidas positivas do Plano Bresser foi a extinção do subsídio ao trigo. Eram 60 bilhões de cruzados que anualmente chegavam ao bolso das indústrias moageiras, todas multinacionais em grande parte aos produtores internacionais, enquanto que os produtores nacionais e os nossos consumidores não ganhavam nada com isso.

Entretanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não é nossa intenção neste pronunciamento enaltecer a justiça do fim do subsídio ao trigo. O nosso objetivo é alertar de que este não era o único subsídio concedido pela União, e nem era o maior deles. Existem outros subsídios, que representam verdadeiras sangrias no orçamento da União e causam tanto ou mais prejuízos que o do trigo.

É o caso do subsídio ao setor exportador.

Considerando todos os incentivos do governo para a exportação, como a isenção de ICM, IPI, IOF, a isenção do FINSOCIAL proporcional ao percentual da produção exportada, e também 35% de redução do Imposto de Renda sobre o valor exportado, além de juros subsidiados, é fácil constatar que a soma de recursos que o governo deixa de arrecadar é enorme. Um recente estudo de técnicos do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento,

chegou a conclusão que o custo dos incentivos dados pelo Governo, em relação ao valor total das exportações, chega a 40,11%, o que confere com estudo semelhante desenvolvido pelo Banco Mundial que chegou a resultado bem parecido, no caso, 36%.

Se tomarmos em conta as exportações brasileiras de 1985 (US\$ 25 bilhões) concluímos que a União deixou de arrecadar aproximadamente Cz\$ 410 bilhões, uma quantia simplesmente fantástica, suficiente para construir aproximadamente seis Ferrovias da Produção. E é importante lembrar que essa sangria se repete anualmente.

Vejam bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, foram Cz\$ 410 bilhões em impostos a que o governo renunciou, apenas em 1985, com a finalidade de promover as exportações, além é claro dos 50 bilhões de dólares que foram embora do país nos últimos cinco anos a título de pagamento de juros, como admitiu o próprio Presidente José Sarney.

E é preciso lembrar ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nestes cálculos levantamos apenas o que o governo deixa de arrecadar. Não está incluído, por exemplo, a contribuição do Tesouro Nacional ao Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX), que em 1987 será de 20,4 bilhões. Esse recurso é repassado ao setor privado em condições financeiras favorecidas sob o pretexto de estímulo ao setor exportador para criação de condições de competitividade para produtos brasileiros no mercado internacional.

E não está incluído também o recente subsídio aos juros de financiamento à exportação, no valor de US\$ 1 bilhão, hoje equivalente a Cz\$ 41 bilhões, para produtos manufaturados. Subsídio anunciado há alguns meses pelo Presidente José Sarney.

Na prática, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a estrutura de incentivos banuiu virtualmente qualquer tributo sobre as receitas das exportações, isto porque as exportações sempre foram fortemente subsidiadas, o que afeta terrivelmente a arrecadação do governo. Por essa razão, no que se refere ao vínculo entre exportações e o financiamento das atividades do setor público, a política tem sido a de renúncia de receita fiscal em favor do fomento à exportação, o que provocou e provoca uma crescente transferência líquida de recursos de outros setores da comunidade para o setor exportador.

Na verdade, Srs. Deputados, sabemos que o Governo é obrigado a sustentar a qualquer custo os incentivos à exportação porque tem que manter a balança comercial positiva, o suficiente para saldar os compromissos da dívida externa.

Portanto, adianta muito pouco o gover-

no cortar apenas o subsídio ao trigo, enquanto o mais grave dos problemas, a dívida externa, continua sem solução, e provocando uma verdadeira sangria nas rendas nacionais.

O que precisamos mesmo, Srs. Deputados, é que a Nova República assuma com coragem o programa do PMDB e adote de vez uma moratória real, e não a parcial que aí está, ambígua, e que só tenta tapar o sol com a peneira.

Só assim teremos condições de evitar a evasão de riquezas para fora do país, eliminar os intocáveis privilégios do setor exportador, e conduzir com tranqüilidade, e sem interferências, a nossa política-econômica interna".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Felinto. (Ausente).

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana. (Ausente).

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aproveito essa oportunidade para levantar uma questão fundamental, que está sendo discutida na Constituinte Nacional, que é a questão da Reforma Sanitária. (Lê):

"Muita saúde e pouca saúde, os males do Brasil são", - decretava, há várias décadas, o poeta Mário de Andrade, pela boca de seu personagem Macunaíma. Passados tantos anos, a frase do "herói sem caráter" só perde parte de sua atualidade pelo desenvolvimento de um sem número de novos formicidas e agrotóxicos. Quanto à saúde, continua mal, obrigado - e, em parte, em função do uso indiscriminado desses mesmos agrotóxicos.

Na verdade, o que tão bem Mário de Andrade sintetizou com sua visão de "homem do povo" é apenas o reflexo do tratamento que a questão saúde sempre teve em nosso País por parte dos órgãos oficiais. Nunca, no Brasil, as políticas de saúde foram resultantes de movimentos sociais e tampouco foi a saúde encarada como um direito da cidadania.

Como dado histórico, registramos que apenas em 1923, foram criadas as primeiras Caixas de Aposentadoria e Pensões pela Lei Eloy Chaves. A criação do Ministério da Saúde deu-se trinta anos depois. Só em 1953 o País passou a contar com um órgão ministerial cuja finalidade era exclusivamente a de prestar assistência à saúde da população.

Mas, o surgimento do Ministério da Saúde e a posterior criação, em 1974, do Ministério da Previdência e Assistência Social serviram apenas para consolidar, no correr dos anos, as gritantes distorções do sistema de saúde brasileiro. Marcadas, invariavelmente, por uma linha de ação verticalizada e pela ausência de canais de participação da população; pelo desenvolvimento de campanhas isoladas de combate a algumas doenças e pelo atendimento a necessidades de segmentos da classe trabalhadora; pelo privilegiamento do lucro e pela exclusão da maioria da população do acesso aos serviços de saúde; por tudo isso, as políticas de saúde implantadas pelos ministérios distanciaram-se, cada vez mais, dos interesses da coletividade.

O que passamos a assistir - e de forma acentuada durante os anos de autoritarismo - foi o progressivo sepultamento daquilo que se esboçava como Saúde Pública brasileira. Doenças combatidas por Oswaldo Cruz, no início do século, como a dengue e a febre amarela, voltam a produzir vítimas até mesmo em adiantados centros urbanos como o Rio de Janeiro. As doenças preveníveis por vacinação - desde o sarampo até a paralisia infantil - atingem 100 mil pessoas a cada ano, causando milhares de mortes, particularmente no nordeste do País.

Somos a oitava economia do mundo capitalista e nossa taxa de mortalidade infantil coloca-nos em pé de igualdade com os países mais pobres do continente africano.

Os doentes brasileiros somam-se aos milhões: temos 7 milhões de chagásicos, 6 milhões de portadores de esquistossomose e um milhão de tuberculosos; os acidentes de trabalho são em número superior a um milhão e duzentos mil por ano; 40 milhões de brasileiros estão desnutridos. 40 milhões também é o número de brasileiros que, de acordo com dados oficiais, não têm acesso aos serviços de saúde.

Ao lado de doenças típicas do subdesenvolvimento, começam a se elevar no País o número de casos de doenças típicas do desenvolvimento, a exemplo do câncer, distúrbios mentais, problemas degenerativos do coração, obesidade, AIDS e outras.

Enquanto a simples diarreia mata, anualmente, milhares de crianças, o Brasil dispõe (de acordo com dados de 1985) de cento e quinze tomógrafos computadorizados, quando, tecnicamente, seriam necessários apenas vinte e um.

Apesar da Resolução número 3 da CIPLAN indicar a necessidade de 750 mil internações por mês, o INAMPS mantém 200 mil leitos contratados, que poderiam gerar um milhão e oitocentas mil internações mensais.

Entre 1968 e 1978, os leitos em hospitais públicos cresceram 65%, contra um aumento de 3.000% dos leitos privados. Em

1977, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social concentrou 80% de seus investimentos na Região Sudeste e 75% no setor privado. Em 1975, 80% dos gastos do INPS foram com internações hospitalares, sendo 90% deste total dirigido aos contratados particulares. Em 1985, a ociosidade dos Postos de Assistência Médica e nos hospitais próprios do INAMPS girava em torno de 44%, demonstrando o desprestígio do setor público, substituído pela compra de serviços. Este processo já vem sendo conhecido como a "privatização do Estado".

Os serviços prestados pelos órgãos públicos ou por seus contratados estabelecem uma diferenciação entre as populações urbanas e rurais; entre os empregados, subempregados e desempregados; os idosos, os menores abandonados, os deficientes. Em 1985, 96,6% do orçamento do INAMPS foi programado para os 98 milhões de habitantes urbanos. Os 3,3% restantes do orçamento deveriam atender mais de 37 milhões de habitantes da zona rural.

Os tratamentos realizados no exterior, em 1984, por apenas 137 pessoas, consumiram do orçamento do INAMPS o equivalente a 15% da verba repassada pelo órgão às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde para o atendimento de 60 milhões de brasileiros. Pela ótica da saúde, grande parte dos brasileiros são cidadãos de segunda categoria.

No Brasil, mais de 500 órgãos são responsáveis pela assistência à saúde, diluindo as responsabilidades e impedindo a identificação - pela população - de responsáveis pela precariedade dos serviços que lhe são oferecidos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Problemas com saneamento básico e dificuldade de acesso à água potável são comuns à imensa maioria da população. Inexiste um controle efetivo do uso de agrotóxicos e da poluição ambiental, tornando os prosaicos atos de comer e respirar cada vez mais arriscados.

Enquanto os países de maior estágio de desenvolvimento econômico e social - e mesmo países da América Latina - aplicam mais de 10% de seus produtos internos brutos no setor saúde, nossos gastos são da ordem de 4% do PIB.

Em suma, o modelo de saúde que nos foi legado - produto de decisões governamentais autoritárias - prima pela anarquia, a descoordenação, a desintegração, a iniquidade de suas ações, voltado para as atividades médicas de maior complexidade e tendo por base mais sólida a lógica do lucro.

A urgente necessidade de um reordenamento deste setor foi a palavra de ordem lançada pela Oitava Conferência Nacional de Saúde, realizada em março do ano passado, em Brasília. Conferência que, hoje, é

marco referencial para a questão saúde no País, pois, pela primeira vez em sua história, dela participaram os diversos setores organizados da sociedade. Na Oitava Conferência Nacional de Saúde estiveram presentes, ao lado dos órgãos oficiais do setor dos níveis federal, estaduais e municipais, representantes das organizações da sociedade civil, na forma de sindicatos, partidos políticos, associações, confederações e centrais sindicais. Apesar de convidadas, as entidades ligadas ao setor privado de prestação de serviços de saúde ausentaram-se do encontro, motivadas, talvez, pela inconfessabilidade das razões que orientam sua conduta. Registrável, no entanto, é o fato de prestadores de serviços recusarem-se a participar de discussão convocada pelo pagador dos serviços - que é o Governo Federal - e, na qual, se fizeram presentes os usuários destes serviços, que é toda a sociedade.

Vale ressaltar, ainda, que a participação na Oitava Conferência traduziu-se na presença de mais de 4 mil pessoas de todos os cantos do País, que, durante três dias, divididas em 135 grupos de trabalho, elaboraram documento cujo teor foi aprovado pela plenária final.

Presente à Conferência, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República José Sarney vislumbrou na reunião a pré-Constituinte da saúde no Brasil. E é desta forma, como pré-texto constitucional da saúde, como o capítulo da saúde na nova Constituição que nós e todos os brasileiros que consideram a saúde como bem do cidadão, inerente ao direito da cidadania e dever do Estado enxergamos este documento, na forma como foi divulgado pela Comissão Nacional da Reforma Sanitária.

As discussões da Oitava Conferência Nacional de Saúde foram aprofundadas pela Comissão Nacional de Reforma Sanitária, constituída em 20 de agosto do ano passado por portaria interministerial assinada pelos ministros da Saúde, da Educação e da Previdência e Assistência Social. No final de março último, a Comissão aprovou texto como "proposta para o componente saúde da nova Constituição Brasileira."

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Vossa Excelência concede-me um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, Vossa Excelência aborda hoje um assunto que é da sua especialidade, que é a Saúde Pública, especialidade que conseguiu colocar na prática quando, chefiando o 8.º Distrito da Cidade de Francisco Beltrão, do nosso Sudoeste, desempenhou papel importante na formação de uma consciência diferenciada de conceito de saúde, benefi-

ciando muitas comunidades do nosso Sudoeste.

E no momento que Vossa Excelência faz essa apreciação crítica e mostra as feridas sociais desse nosso País, País tropical, País doente, mas País também das elites que administraram o País e das elites que sempre tiveram no Ministério da Saúde o seu melhor foro. Ao fazer essa apreciação crítica, Vossa Excelência traz uma enorme contribuição para que no Paraná, onde tivemos experiências inovadoras através do Programa de Saúde iniciado na gestão do Dr. Luís Cordoni Júnior, quando Secretário da Saúde, e que deve ser um programa permanente no Paraná como exemplo para os demais Estados.

Eu quero me congratular com Vossa Excelência ao abordar um assunto de tanta responsabilidade, que a nós todos Deputados deve trazer uma consciência de que é necessário que haja essa mudança, que o Ministério da Saúde não seja o penduricalho do Orçamento da União, mas que se transforme num agente do direito que o cidadão tem da saúde, que o Ministério da Saúde não seja apenas o foro de abordagem dos interesses dessa medicina elitista e sim da Saúde Pública como direito do cidadão.

Meus cumprimentos, e quero destacar que, em quase todo este semestre em que nós estamos aqui, vejo hoje Vossa Excelência fazer um pronunciamento sério de um assunto muito sério, de um assunto que deve ser uma preocupação diária e permanente de todos nós Deputados.

Muito obrigado.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Eu agradeço a participação do nobre Deputado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A propósito da reforma sanitária que está sendo discutida já na fase subsequente às Comissões Temáticas, nós temos que fazer aqui uma referência sobre o que foi aprovado na Comissão de Ordem Social, cujo relator foi o Senador Almir Gabriel, do PMDB do Pará, onde algumas questões são fundamentais e são importantíssimas para que a sua aprovação venha realmente democratizar os serviços de saúde deste País e permitir que a população tenha acesso universal a esses serviços.

E algumas questões são fundamentais e constam inclusive desse documento já aprovado na Comissão Temática da Ordem Social, onde a saúde é colocada como direito de todos e dever e responsabilidade do Estado e do indivíduo; que o Estado assegure o direito à saúde mediante a implementação de políticas econômicas e sociais que visem a eliminação ou redução do risco de doenças e de outros agravos à saúde. E co-

loca também, que o acesso universal, igualitário e gratuito às ações de serviço de promoção, proteção e recuperação da saúde de acordo com a necessidade de todos.

O artigo 46 coloca que as ações de serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constitui um sistema único, organizado de acordo com as diretrizes.

O artigo 47 coloca que compete ao Estado, mediante o sistema único de saúde, disciplinar, controlar e estimular a pesquisa sobre medicamentos, produtos imunobiológicos e hemoderivados e outros insumos de saúde, bem como participar de sua produção e distribuição com vistas à preservação da soberania nacional. É colocado ainda nesse texto - no art. 48 - que as ações de saúde são de natureza pública, cabendo ao Estado sua regulamentação, execução e controle.

E no artigo 49 é assegurada na área da saúde a liberdade de exercício profissional e de organização de serviços privados na forma da Lei e de acordo com os princípios da política nacional de saúde.

Mas no seu parágrafo 1.º diz também que é vedada a destinação de recursos públicos para investimento e instituições privadas de saúde com fins lucrativos. E é colocado também nesse texto que o setor privado de prestação e serviços de saúde, pode participar de forma complementar na assistência à saúde da população, sob as condições estabelecidas em contrato de direito público - tendo preferência e tratamento especial as entidades sem fins lucrativos. E é colocado também no seu artigo 52, que é vedada a propaganda comercial de medicamentos, forma de tratamento, tabaco, bebidas alcoólicas e agrotóxicos. E é colocado também no seu artigo 54, que é garantido a homens e mulheres o direito de determinar livremente o número de seus filhos, vedada a adoção de qualquer prática coercitiva por parte do Poder Público e de entidades privadas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Colocada esta questão fundamental, que está sendo discutida na Assembleia Nacional Constituinte, que é a questão da Reforma Sanitária e como já foram a todos os nobres Deputados desta Casa distribuídos convites para o Encontro Estadual pela Reforma Sanitária, gostaria de reforçar que ele será realizado no próximo sábado no plenarinho desta Casa. Neste Encontro teremos a presença do Constituinte Almir Gabriel, como conferencista, que é o Relator da Comissão de Ordem Social.

Contamos portanto, através de uma promoção de Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, para este evento de sábado próximo, dia 20, com a presença de todos os Deputados. Era isto.

Obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PMDB.

(Declina).

Havendo declinado, consultamos a Liderança do PT.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli, por oito minutos e trinta segundos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Colegas Parlamentares desta Casa.

Hoje estou encaminhando à Mesa um requerimento pedindo o envio de um Expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, solicitando a instalação de uma auditoria no Departamento de Estradas de Rodagem e em seus distritos rodoviários, que visa apurar irregularidades que estão sendo denunciadas pela população e pelos funcionários do DER que conhecem a situação e que certamente têm razão.

Por isto estamos, através deste requerimento, em anexo, encaminhando já algumas provas que podem alimentar esta auditoria que estamos pedindo que o Governo a instaure e apure os fatos.

Esta auditoria é pedida e denunciada com base em algumas denúncias que constam, para exemplificar, na seção de materiais inservíveis do DER, que é o depósito dos bens sem condição de uso, porém está sendo usado para mascarar o desvio do patrimônio público. Estou passando uma relação com vinte e seis páginas de materiais inservíveis desviados, onde constam fichas do controle do DER, mas que não existem no setor.

Entre os materiais existem caminhões, automóveis, motoniveladoras, dragas completas, dezenas de motores, mini-usinas de asfalto. Agora querem doar todos estes materiais, estes bens fantasmas, que foram comprados e que foram pagos pelo DER, para a Associação dos Funcionários, como forma de acabar com o arquivo deste material.

Portanto, é uma grande irregularidade que é necessário ser apurado, que seja constatado, que sejam punidos os responsáveis. Caminhões quase novos, motoniveladoras, é impossível entender que eles tenham desaparecido misteriosamente.

Portanto, é preciso que o Governo tome as providências necessárias.

Há também o caso da chácara de 8 hectares com casa e piscina, a qual foi doada por empreiteiras, usufruída pela Diretoria do DER e que está localizada próxima a BR-277, onde se constata 3Km de asfalto construídos pelo DER e, segundo denúncias,

serve para dar acesso a chácaras e para beneficiar áreas particulares e inclusive, chácaras de políticos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, pelo visto só temos dez Deputados em plenário. Portanto, não há quorum para continuidade da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta presidência pergunta se o Senhor Deputado está solicitando a chamada nominal.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta presidência defere e solicita do Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O Sr. 1.º Secretário - Procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Trinta e dois Senhores Deputados responderam à chamada. Continua com a palavra, por mais quatro minutos, o Senhor representante do PT, Deputado, Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Continuando com o Relatório dos desvios no DER, outra denúncia apresentada é que, no início de 1986, foi feita uma concorrência no DER para escavar um buraco para enterrar um tanque, obra que causou Cz\$ 80 mil, quando o DER tem máquinas e funcionários para isso. Logo em seguida foi feita uma outra concorrência para a instalação de uma bomba de álcool e a construção de uma pequena cobertura que custou mais Cz\$ 80 mil, quando o DER possui pedreiros e carpinteiros para executar estes serviços. E, além disso, consta que a empresa vencedora da concorrência foi a mesma que trocou as instalações elétricas, as quais tiveram que ser refeitas por irregularidades na sua manutenção.

Outras irregularidades são a cobrança de diárias frias para aumentar os salários dos funcionários, irregularidades na medição de asfalto, irregularidades na manutenção de funcionários já afastados do DER por corrupção, e que até agora não se sabe por que não foram afastados e só foram remanejados dentro do DER.

Além disso, existem outras denúncias. Em Campo Mourão houve a construção de obras, pelo DER, do Clube Recreativo Mourãoense, escavação de um lago artificial com 18 mil m², escavação de piscinas olímpicas a compactação de cinco quadras de esportes, pavimentação de 8 mil metros de asfalto, estacionamento do Clube, assenta-

mento de 240 tubos de concreto, além de terraplanagem de imensas áreas.

Além disso recebemos cartas que denunciavam funcionários do DER envolvidos em desvio de lubrificantes e combustíveis do pátio do DER...

O Sr. José Afonso Júnior - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, Deputado.

...e de peças de almoxarifado, e aqui há cartas também denunciando que em Campo Mourão há uma Ação popular contra o DER...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Mas que sequência?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, Deputado. E, continuando, há uma ação popular para apurar esta bandalheira, porém o Diretor do DER, do Paraná, se furta a receber a intimação para fazer parte da Ação.

Em Maringá existem denúncias sobre a existência de empresas prestadoras de serviços fantasmas e que existem, que recebem serviços prestados pelos funcionários do DER. Existe também denúncia de desvios de materiais de construção comprados pelo DER para construções particulares.

Isso é um resumo das denúncias acerca das quais nós estamos, através desse requerimento, pedindo que o governo instaure uma auditoria e que verifique a verdade e puna os culpados. Estou passando provas e cópias dessas denúncias para a Mesa, uma cópia vai ficar comigo, para que todos vocês comprovem a verdade desses fatos e comprovem também através dessa auditoria os absurdos que estão ocorrendo dentro do Departamento de Estradas de Rodagem.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Peço excusas porque não posso conceder apartes, porque esgotou-se o meu tempo.

Muito obrigado pela atenção, Senhores Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta a liderança do PL se fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Não é a primeira vez que leio e ouço o Governador Álvaro Dias dizer que em seu governo não vai admitir qualquer tipo de discriminação. O Governador inclusive, já

pediu mais de uma vez que qualquer ameaça que algum município sofra nesse sentido, ele seja avisado para que providências sejam tomadas imediatamente.

Disse o Governador Álvaro Dias, por mais de uma vez que a palavra discriminação não existe em seu dicionário, até porque não discrimina adversários e jamais discriminará companheiros. Esse tipo de declaração inclusive, para ser mais claro foi feito recentemente num encontro de quarenta prefeitos da microrregião seis, de Cornélio Procopio.

Pois bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ocupo a Tribuna da Assembléia esta tarde para, em nome do Partido Liberal, denunciar uma discriminação odiosa e insensata que se faz ao município que represento nesta Casa.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, represento como, seu Deputado mais votado, o Município de São Jorge do Patrocínio, onde feliz ou infelizmente o PMDB não tem o Prefeito. Surpreendentemente até a presente data não foi permitido a este Município assinar convênio e receber recursos do PRAM para a execução de obras públicas.

Por todos os meios venho tentando viabilizar essa situação, tendo conhecimento de que não existem quaisquer óbices representados por pendências referentes a prestações de contas, em qualquer setor, seja no Governo Estadual ou Federal. Ocorre porém, que razões meramente políticas, dadas por alguns membros do Diretório Municipal do PMDB de São Jorge do patrocínio, estão entravando o andamento normal de uma situação de direito. A administração do Município de São Jorge do Patrocínio está sendo sensivelmente prejudicada pelo Diretório do PMDB, cuja atuação mesquinha vem criando obstáculos a uma conquista legal, uma vez que os recursos do PRAM, repassados pelo Banco Mundial, jamais devem ser usados como instrumento político para forçar uma situação de dependência entre lideranças de qualquer município.

Não vou entrar no mérito da situação do Diretório do PMDB, em suas questões internas. Mas não posso aceitar, como representante de São Jorge do Patrocínio, que este Município seja prejudicado.

Assim sendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, depois de tentar, pelo diálogo, contactos e até politicamente viabilizar a solução do problema, obriguei-me, hoje, a expedir telex ao Governador Álvaro Dias, para expor a situação. Sensível aos problemas de cada Município paranaense como tem apregoado, certamente não deixará de ouvir os reclamos que faço em nome desse Município que represento, pedindo a Sua Excelência medidas urgentes que evitem o uso político do PRAM, em de-

trimento de toda uma população que reclama urgentes recursos!

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como representante do Município de São Jorge do Patrocínio, não nos move, nesta oportunidade qualquer intenção de ganhar politicamente com a liberação desses convênios e recursos do PRAM. Não é esse, o objetivo. A razão é que o Município está sendo prejudicado porque o Diretório Municipal do PMDB, em desacordo com o atual Prefeito, está impedindo o diálogo e a aproximação da própria comunidade com o Governo do Estado. Não aceito essa discriminação odiosa que se utiliza do PRAM para fins políticos!

Por isso, ressaltando mais uma vez o alto espírito público do Governador Álvaro Dias, espero que essa situação tenha um fim imediato, evitando-se que a discriminação agora denunciada, seja capaz de contrariar as próprias intenções do seu Governo, que não é Governo do PMDB, mas, de todos nós paranaenses!

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado Ezequias Losso, nós ouvimos atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência a respeito do Município de São Jorge do Patrocínio.

Nobre Deputado, lemos e ouvimos, outro dia, que o Governador do Paraná, Álvaro Dias, disse numa reunião de Prefeitos, que não haveria discriminação a qualquer Município. Lembro-me que todas as vezes em que se toca o nome do Governador Álvaro Dias, sempre há a referência clara e objetiva de, "Governador de todo o Paraná e não, da maioria dos Municípios do Paraná"! Por isso que me causa estranheza, ainda não ver solucionado o problema do Município de São Jorge do Patrocínio, porque o nosso Município, o de Bandeirantes, que também estava entre o rol desses Municípios, está já com audiência marcada, através do Deputado que detém o mando político da região, para a assinatura do convênio com o PRAM.

Vossa Excelência disse muito bem que esse Convênio, feito com dinheiro externo, atinge todos os Municípios com menos de 50 mil habitantes. Portanto, nobre Deputado, Vossa Excelência, como representante do Município de São Jorge do Patrocínio e deve haver mais alguém desse Município, que o represente junto ao Governo do Estado, Vossa Excelência está certo em procurar por todos os meios o benefício que esse Município tanto merece!

Por isto parabenizamos Vossa Excelência pelas suas palavras e lembramos que ouvimos dizer, e lemos em um dos jornais da nossa Capital, que neste Governo não haveria discriminação como houve no Gover-

no passado. Nós, da Oposição, esperamos que se cumpra a promessa feita a todos os Prefeitos do Paraná!

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Nobre Deputado, o aparte de Vossa Excelência, vem de alguma maneira, fortalecer o raciocínio que estamos expondo nesta tarde.

O Sr. Antônio Bárbara - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Concedo aparte ao nobre Deputado Antônio Bárbara, representante também do Município de São Jorge do Patrocínio.

O Sr. Antônio Bárbara - Nobre Deputado, no lançamento do PRAM o nosso Governador chamou todos os Prefeitos para assinarem o Convênio, e me parece que o Prefeito de São Jorge do Patrocínio não compareceu.

Vossa Excelência sabe muito bem, eu já me coloquei à disposição para que ele venha até Curitiba para, junto conosco ir a Palácio

(O Senhor Presidente adverte o orador que seu tempo está esgotando).

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, um minuto apenas para eu esclarecer ao nobre Deputado Antônio Bárbara que o Prefeito de São Jorge do Patrocínio esteve presente com todos os demais Prefeitos na oportunidade do lançamento do PRAM e o seu convênio, assim como de mais três Prefeituras, não estavam à disposição para ser assinado, e desde então o Prefeito já esteve três vezes em Curitiba e o convênio não lhe foi apresentado. Por isso, ao ouvir a disposição do Deputado Antônio Bárbara para encaminhar essa solução, fico feliz, e acredito que talvez possa ele dar uma solução imediata para esse assunto, para que assim o povo de São Jorge do Patrocínio possa ter aquilo que de direito lhe pertence.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Eu consulto a Liderança do PDS se fará uso da palavra.

(Ausente).

Estando ausente, consulto a Liderança do PFL.

Com a palavra o Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - "Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

Sob um clima tenso de insatisfação que precede a grandes catástrofes, a nação perplexa, na última sexta-feira assistiu o Governo agarrar-se desesperadamente a um

plano que já nasceu furado.

O Governo agonizante do Senhor José Sarney, agarrou-se desesperadamente ao Plano Bresser.

Com greves pipocando, com movimentos sindicais se levantando em todos os pontos do País, com os funcionários públicos em pé pedindo o gatilho, enquanto os funcionários paulistas pela justiça exigiam o pagamento do gatilho. Pressionados pelos movimentos grevistas de um lado, e de outro pelos governadores defensores dos cinco anos exigindo o pagamento do apoio, alegando ao funcionalismo a ausência de fundos, cutucavam o Presidente por soluções.

No Planalto, José Sarney exigia do Ministro um plano econômico que acabasse com o gatilho e legitimasse a inferioridade da classe operária.

Nesse clima tenso, assistimos pela televisão o Ministro gaguejando e simplesmente despejando o plano em cima do povo, enquanto alguém de farda ia trazendo o plano datilografado para que fosse lido. Um plano que não nasceu somente da cabeça do Ministro e da sua equipe, mas que desesperado e desorientado, Bresser Pereira temeroso pelo tapete do poder que fugia debaixo dos seus pés, pediu aos políticos do PMDB que fizessem suas sugestões por escrito. Foi assim que o Ministro fez sua política dentro do Governo. Só não conseguiu dentro de sua função fazer a política milagrosa de trazer de volta ao bolso dos eleitores descontentes as perdas salariais dos últimos oitocentos e vinte e um dias do desgoverno do PMDB.

E o povo desconfiado ouviu o relato de mais uma traição do Governo. Sim, porque o povo sente-se traído pelo Governo. Depois de recuperar a confiança nas instituições, com a Nova República e de conhecer o sentimento de coletividade, quando foi convocado pelo Governo a participar do Plano Cruzado, os cidadãos brasileiros que foram "Fiscais do Sarney", hoje decepcionados, derrotados pela tapeação, céticos, descrentes e sem perspectivas dizem agora: "Só vamos fiscalizar o Sarney!"

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o último "listening post", numa pesquisa sobre consumidores realizada recentemente pela agência de publicidade "Standard, Ogilvy e Mather" e a equipe liderada por Clarice Herzog, divulga os números eloquentes: 80,3% de seiscentos e cinquenta homens e mulheres entre dezenove e cinquenta e cinco anos residentes em sete capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador e Recife) afirmam que foram traídos pelo Governo: Quando pensam na situação econômica, dos entrevistados ficaram pessimistas 60,3%; céticos, descrentes

e oprimidos; 56,9%, todo mundo está desorientado, o Governo não sabe para onde vai e o povo sabe menos ainda - 90,5%. Dizem que ficará pior e que a diminuição do poder de compra - 95%; a corrupção - 93,6%; - a falta de iniciativa governamental - 93,4%; a incerta situação econômica do País - 93,3%; as medidas que o Governo vem adotando - 92,6% a falta de liderança política - 91,9%; e a própria falta de caráter daqueles que compactuam com a corrupção - 89,7%; agravam ainda mais o clima negativo, a tal ponto que na maioria dos casos, 61,4% as pessoas não acreditam mais em nada.

Hoje o consumidor sente-se frustrado, sente-se traído pelas estruturas macroeconômicas, isto é, pelo Governo, pelo mau empresário, pelos banqueiros. Enfim, aquele fiscal do Sarney que acreditava no Plano Cruzado, que contava com o respaldo da participação coletiva no desenrolar do processo econômico que acreditava ser este País viável, percebe que só pode contar consigo mesmo para resolver seus problemas e que as questões de âmbito nacional são decididas nas altas esferas, longe do seu alcance. Constatando grande engodo, não podem mais ser "fiscais do Sarney", sentem que vale bem mais a pena fiscalizar o Sarney. A ruptura entre o cidadão e as instituições, após um breve período de vinculação, se faz de modo dramático.

As pessoas percebem que não podem mais comprar. E este sentimento vem da constatação de que a força social não existe mais e que não há respaldo para atuar e participar em grupo. Resta a sensação de impotência.

Essa é a principal diferença entre a atual crise econômica e as vividas antes do Plano Cruzado I. Na época do chamado "Milagre Econômico", tudo foi feito pelas instituições macro-econômicas. Agora, o cidadão experimentou o seu potencial coletivo, investiu esforço e esperança numa relação que não se consumou. Antes, desembocou numa crise muito pior.

Em abril de 1985, havia muita confiabilidade no Governo: 72% dos homens e 67% das mulheres. Em abril deste ano, o Governo já não merecia nenhuma credibilidade da parte de 57% dos homens e 50% das mulheres. O brasileiro tem que contar consigo próprio, porque não conta com mais ninguém, afirmaram 64% dos entrevistados. Curiosamente, as mulheres aparecem mais pessimistas que os homens. Isto se explica porque a maioria da mulher média brasileira está menos vinculada aos processos produtivos que os homens, portanto, ela sente o problema na ponta, isto é, no varejo.

Por essa razão, torna-se mais descrente.

Hoje, do ponto de vista de 52% das donas de casa, a inflação é o problema número um do País.

Existem caminhos para a saída da crise: mais incentivo à agricultura - 98,3%; criação de mais empregos - 98%; corte dos gastos públicos - 95,3%.

Estamos à beira da falência porque uma vez acreditamos no Plano chamado "Cruzado". E os responsáveis são aqueles que administram este País.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos o dever de levantar a bandeira na defesa da dignidade do salário do trabalhador. Que as perdas salariais sejam recuperadas, porque salário não é causa de inflação. O salário deve propiciar àquele que aluga sua força de trabalho, um padrão de vida compatível com a dignidade humana. Reforçar o poder de compra, a capacidade aquisitiva do trabalhador, porque o salário reoperará em todo o processo econômico.

Nos últimos vinte anos nenhum plano econômico beneficiou o trabalhador brasileiro, nem ao menos defendeu a sua dignidade.

Não temos dúvida: este arrocho salarial, imposto pelo FMI, veio para retirar o gatilho, cumprir compromissos com os Governadores e legitimar as perdas do trabalhador brasileiro.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Um minuto, por favor, Senhor Deputado.

Por favor, Senhor Presidente, gostaria que desligasse o microfone, porque agora não vou conceder aparte.

(Conversas paralelas).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Gostaria de pedir informação à Mesa se os parlamentares têm direito, regimentalmente, de pedir aparte aos deputados que estão na tribuna.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) O orador concedeu ou não, a seu critério, o aparte.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu gostaria de

saber se eu tenho o direito de pedir aparte.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) O Senhor tem o direito de pedir aparte; e o orador tem o direito de conceder ou não.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado, e eu gostaria de pedir ilustre Deputado, que lesse um pouquinho mais o Regimento Interno. Obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, eu gostaria de saber se eu sou obrigado a conceder o aparte.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Não é obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Muito obrigado. (Continua a ler)

Em abril de 1985, havia muita confiabilidade no governo: 72% dos homens e 67% das mulheres, em abril deste ano, o governo já não merecia nenhuma credibilidade. De acordo com os dados 57% dos homens, 50% das mulheres diziam que tinham que contar consigo próprios ...

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Concede-me um aparte, ilustre Deputado?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Vossa Excelência ...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Vossa Excelência está com a palavra assegurada.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Isto se explica, Senhores Deputados, porque a maioria, da mulher média brasileira ...

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu só queria me inscrever para um aparte, nobre Deputado.

(Conversas paralelas).

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - ... que os homens, portanto, ela se sente como se o problema fosse na carne.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência me concede um aparte, ilustre Deputado?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Por favor, Deputado Dirceu Manfrinato. Vossa Excelência tem o tempo para falar, posteriormente. Por que não falou no horário da Liderança do PMDB? Vossa Excelência quis criticar o nosso pronunciamento, quando dissemos que o governador Álvaro Dias foi vaiado na minha cidade, em Maringá, e quando afirmei

que votara no governador Álvaro Dias. Eu quero lembrar a Vossa Excelência que, a minha cidade é "cidade-canção", e a cidade canção desafinou quando o governador Álvaro Dias foi anunciado para falar ...

(Conversas paralelas).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Continua com a palavra, o nobre Deputado. A Mesa encarece ao plenário que...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Temos o dever de levantar a bandeira e dizer que as perdas salariais devem ser recuperadas e que só assim se recuperará o poder econômico do País.

Nos últimos vinte anos, nenhum plano econômico beneficiou o trabalhador brasileiro, nem defendeu a sua dignidade.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Comunico ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que o seu tempo está esgotado, e que dispõe de trinta segundos para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu agradeço, Sr. Presidente.

O Plano Bresser veio para desviar a atenção do povo brasileiro do real problema da Nação. A crise política, institucional, econômica e social que o País atravessa é sem precedentes na história do Brasil. O povo brasileiro, o trabalhador, a dona de casa exigem que sejam cortadas as mordomias dos Ministros, Senadores, Deputados, e do próprio Presidente José Sarney". (Termina de ler).

Muito obrigado, Sr. Presidente, e gostaria de pedir desculpas aos Srs. Deputados, já que o meu discurso era um pouco prolongado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a Liderança do PDT, se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É muito comum a utilização desta tribuna para pronunciamentos em defesa da classe dos trabalhadores usando-se, às vezes, e muitas das vezes, demagogia barata, da qual nada resulta em benefício do nosso povo e da nossa gente.

Nós tivemos o lançamento de mais um Plano Econômico, ouvimos atentamente pronunciamentos a respeito do arrocho salarial que ora se implanta neste País. Em seguida, ouvimos e assistimos parlamentares desta Casa votarem contra matéria de interesse do povo do Paraná, especialmente

dos trabalhadores que servem aos órgãos públicos.

Nós sabemos, nobres Deputados e Srs. integrantes desta Casa, o que causou ao País, à nossa Nação e ao nosso povo, um plano que arreventou com a estrutura da nossa gente e não queremos, nesta hora, que o Plano Bresser seja quebrado da mesma forma que Dilson Funaro, que os outros Ministros do PMDB derrotaram o Plano Cruzado que teve um início muito bom.

É muito comum, nobres Deputados, culpar o Governo Federal, fazer críticas ao Governo Federal pela estrutura que se implantou hoje no País, mas as soluções, nobres Deputados, não são de interesse da maioria dos políticos, não só do Paraná, mas de todo o Brasil.

Nós vimos o início da grande derrubada do gatilho salarial. Partiu de uma reunião dos governadores poderosos deste País: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Álvaro Dias, eu não subo aqui para criticá-lo, porque até hoje não tenho o que falar da sua administração, nem de bom nem de ruim, porque é apenas um começo. O Governador do Paraná não participou desta reunião, e nessa reunião, caros Deputados, dos três poderosos do Brasil, iniciou-se a grande derrubada do gatilho salarial. Foi ali o início de tudo, o início desse plano que ora se instala neste País.

Mas os trabalhadores de São Paulo, correram ao Supremo Tribunal Federal e o Supremo disse que Orestes Quércia tinha que pagar o gatilho até o mês de maio ou talvez no mês de junho.

Mas, Srs. Deputados, nós precisamos agora nesta hora de dificuldades, tanto para o povo do Paraná como para o povo brasileiro, melhorar, fazer com que se melhore o arrocho salarial que se implantou neste País. Nós precisamos ajudar na fiscalização.

Vejam bem: o próprio órgão do Governo Federal que não tem estrutura para fiscalizar e controlar os preços deve ser ampliado. E ampliado por quem? Somente o povo do Paraná, somente nós, os consumidores, poderemos fazer voltar um pouco os preços que se alastram neste País.

O Governo Federal, nobres Deputados, mais uma vez, não usou bem seu poder. Mais uma vez ele feriu os interesses dos brasileiros. Quando ele instalou neste País o Plano Bresser ele teria que congelar tudo num preço médio, ao alcance dos trabalhadores.

E ele fez? Primeiro ele subiu o álcool, depois o botijão de gás, depois a taxa de energia elétrica em 45%, depois subiu o pão, o leite, subiu tudo e tudo foi congelado no pico.

Então, nobres Deputados, faltou um pouco mais de carinho a quem elaborou este

Plano. Mas a esperança do povo e a nossa esperança continua viva, a nossa esperança pelo futuro deste Plano Econômico está condicionada ao benefício que trouxer à classe trabalhadora, de forma a recuperar seu poder de compra, e nós estamos juntos com o povo.

Nós voltaremos aqui a esta tribuna, para defender o Plano, se ele der certo, mas voltaremos também para criticar se ele não der certo, porque não fazemos oposição sistemática.

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência concede-me um aparte? (Assentimento)

Eu agradeço o aparte que me concede o nobre Deputado Valderi Mendes Vilela, e gostaria, nesta oportunidade, de parabenizá-lo pela coerência, pela sensibilidade e pela preocupação que tem para com o povo do Paraná e do Brasil. É a sua conduta digna de elogios, porque Vossa Excelência, eleito por um Partido também de oposição, tem um comportamento exemplar nesta Casa.

É mais fácil, nobre Deputado, "participar da lua-de-mel" do que "participar do parto", e é isso que fazem alguns Deputados de Oposição, como é o caso do Deputado de Maringá, Lindolfo Júnior, que em certas horas elogia e em outras critica o Governo; ora elogia o Governador Álvaro Dias, ora tece críticas, o que nós concebemos e entendemos. O que não podemos entender, nobre Deputado Valderi Mendes Vilela, é o Ministro Aureliano Chaves, do PFL, que vem trazendo transtornos muito grandes ao povo brasileiro, nos pedidos de aumento que ele faz ao Presidente, dos derivados de petróleo.

Por isso, o nosso aplauso, os nossos elogios ao excelente Deputado que ocupa esta tribuna, porque a coerência está acima de tudo.

Parabéns, Deputado. Continue assim.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Muito obrigado, nobre Deputado Nilton Barbosa.

Eu gostaria de salientar ao nobre Deputado, e voltar novamente a dizer que a defesa das coisas certas será feita por este Parlamentar, na hora certa e no seu devido tempo.

O Sr. Nilton Barbosa - Muito bem, nobre Deputado.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, o meu aparte é breve. Eu quero parabenizar a sua conduta, dentro do Partido Democrático Trabalhista, que é o PDT.

Como parlamentar do PMDB, sou da sua opinião: acho que quando há necessidade de

se fazer críticas, nós do PMDB temos que criticar; quando há necessidade de se fazer elogios, nós, peemedebistas, temos que elogiar. E a sua conduta na tribuna desta Casa, me envaidece, ilustre Deputado.

A sua região está muito bem representada por Vossa Excelência, porque o seu pronunciamento nesta Casa está sendo coerente. O senhor falou algumas pequenas palavras, que ficaram gravadas na minha memória: voltarei à tribuna, se der certo, para elogiar, e se der errado, voltarei para criticar. Da mesma maneira acredito que se porta o político decente, que tem vergonha na cara - mesmo do meu Partido. Os políticos coerentes do meu Partido, tenho certeza, também ocuparão a tribuna para, se der certo, parabenizar, e se der errado, criticar.

Minhas felicitações pela sua coerência, nobre Deputado.

Obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu gostaria de poder ceder os apartes que me foram solicitados, mas o tempo é escasso.

Mas quero continuar também dizendo aos Deputados que integram esta Casa, que o nosso Partido, sendo um Partido de Oposição, age cumprindo a sua missão, fiscalizando, da maneira que é possível, todos os atos do Governo. E eu, na minha posição pessoal, repito, voltarei para defender ou criticar aquilo que entender certo ou errado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a Liderança do PTB, se fará uso da palavra.

Com a palavra, o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu deveria ter - antes de iniciar essas palavras - duas procurações: uma do Governador Álvaro Dias, e outra, do Deputado Anibal Khury, Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado, mas eu não necessito de procuração para tentar corrigir injustiças.

A primeira, é com relação às palavras do nobre Deputado Ezequias Losso, de que estaria havendo discriminação do Governador com relação a prefeitos que não pertencem ao PMDB.

Eu discordo e cito exemplos. Em Almirante Tamandaré, onde o Prefeito, que é meu amigo, meu ex-correligionário, tem sido ajudado pelo Governo do Estado, inclusive agora com a instalação de uma fábrica dos produtos Brahma, no município de Almirante Tamandaré, e que vai gerar muitos empregos. Os Municípios de Ivaí, de Sen-

gês, de Bocaiúva do Sul, os Prefeitos têm sido atendidos da melhor maneira possível, nas reivindicações - que não são pessoais, são reivindicações das populações daqueles Municípios.

Portanto, não tem havido discriminação. O Governo mal iniciou, como disse há pouco o Deputado Valderi Mendes Vilela - a quem eu parabeno pela coerência de suas palavras - não tem nenhuma obra excepcional, mas tem combatido sem tréguas a corrupção e tem efetivamente procurado cumprir a sua plataforma eleitoral e não tem discriminado nenhum Prefeito. Pelo menos os prefeitos que eu conheço e que encaminhei com reivindicações, têm sido atendidos da melhor maneira possível e dentro dos limites das possibilidades, é evidente. Porque o Paraná para poder atender as carências de todos os municípios, precisaria ter o orçamento da União, o que não tem.

Portanto, é impossível se fazer milagres.

Não quero fazer defesa, eu apenas não quero concordar com o nosso Deputado, que é o novo "Ciccilionina" da Assembléia Legislativa. Porque a Itália elegeu uma artista pornô para o seu Parlamento, e aqui nós temos um Deputado que - dizem - sofreu um acidente na praia da Joaquina, em Florianópolis, vindo de uma festa alegre em companhia feminina.

Quer dizer, eu não sei se é verdade. Falaram isso do Deputado Pedro Tonelli. Mas, como ele é homem que acredita mais na versão do que nos fatos e apresenta sempre a sua versão, através de um pasquim, aos seus eleitores, procurando denegrir o Poder Legislativo do Estado, que é o único poder legítimo que emana do povo, eu também tenho que acreditar na versão do acidente de Florianópolis, onde um carro oficial, a serviço da Liderança do Partido dos Trabalhadores, após uma noite alegre em companhia de mulheres de vida airosa, sofreu um acidente. São versões, não sei se representam, efetivamente, o fato.

Mas, eu quero protestar aqui quando o Deputado Pedro Tonelli classifica o Deputado Anibal Khury, Primeiro Secretário deste Poder, de "torturador".

Eu era Presidente deste poder, em plena vigência, em plena ferocidade do AI-5, e fui testemunha do patriotismo, da lisura e do espírito público do então Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado, que resistiu a todas as investidas que o poder militar fez contra a soberania da Casa, por isso foi cassado. Pagou com dez anos de cassação de direitos políticos a sua postura em favor da democracia.

Como é que um Deputado recém-eleito e que usa o carro oficial para bacanais na praia da Joaquina, em Florianópolis, pode

chamar um homem que se sacrificou pela democracia, torturado na Lapa onde esteve preso por tentar manter a integridade, a soberania deste Poder? Como é que este Deputado tem o desplante de, num "pasquim" destes, qualificar de torturador um Deputado que tanto tem feito, principalmente pelo menor desamparado neste Estado, pelas classes carentes deste Estado? Pode ter seus defeitos, todos nós temos, e o Deputado Pedro Tonelli os tem às dúzias.

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência nunca deu aparte para ninguém na Casa, e não terá o meu. Vossa Excelência se inscreva depois.

Este é o meu protesto.

E por que estou aqui? Porque o Primeiro Secretário, zeloso do dinheiro público, não quis pagar o conserto do carro. Esta é a grande verdade. Esta não é a versão, é um fato verdadeiro. Isto é pura vingança pessoal, mesquinha.

Esta é a grande realidade. Chega de falsas vestais; de homens que usufruem das benesses do poder e que querem manter a figura carismática lá fora, mas que é uma falsa figura.

Chega disso.

Eu não me envergonho do que eu ganho neste Parlamento, porque eu cumprio com a minha obrigação. Durante trinta anos eu cumpro com a minha obrigação na vida pública. Eu não me envergonho da minha remuneração, não a escondo de ninguém.

Outra mágoa do Deputado é a determinação do Deputado Anibal Khury, para que fossem expungidos dos Anais da Casa, ofensas feitas aqui a uma instituição brasileira. Não me importa se o general fulano "botou a mão no jarro" ou se foi torturador.

Importa, isto sim, é preservar a instituição. Que se não fossem as Forças Armadas este País já teria ido para o brejo há muito tempo. Nós temos que respeitar as Forças Armadas.

E o Deputado Anibal Khury nada mais fez, ele que foi tão perseguido pelos maus militares, do que cumprir a Constituição do Estado, que em seu artigo 16, inciso terceiro, diz que a Mesa não pode aceitar expressões desairosas aos Poderes constituídos e às instituições nacionais. E as Forças Armadas, queiram ou não os "tonellis" da vida, são as salvaguardas da segurança e da garantia deste País, como instituição, e não podem, absolutamente, ser levadas ao descrédito público por passionalismo, por paixões do momento.

O Sr. José Afonso Júnior - Vossa Excelên-

cia me concede um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Erondy Silvério, Deputado que aprendi a respeitar e admirar por sua conduta patriótica, por representar um patrimônio moral nesta Casa, quero aproveitar a oportunidade, quando Vossa Excelência se dirige ao Líder do PT, quero ler aqui estapado hoje no jornal "Indústria e Comércio". "Curitiba, 17 de junho de 1987". Um jornal pelo qual temos um grande respeito e admiração: "O PT revela salário de Deputado: Cz\$ 204 mil".

Quero perguntar ao Líder do PT se nós, aqui da Assembléia, todos os parlamentares da situação como da oposição, necessitamos estar sendo vigiados pelo líder do PT. Nós aqui não temos que esconder nada! A população paranaense pode vir saber não apenas por intermédio do Líder do PT, mas por intermédio da Primeira Secretaria ou da Diretoria Geral, quanto ganha um parlamentar.

Agora, quero dizer que quando este Deputado se dirigir à imprensa, se dirija com a verdade. Ele não minta. Porque aqui diz que Cz\$ 18 mil o Parlamentar recebe de ajuda de custo para encher o tanque de seu carro de gasolina. Não recebo estes Cz\$ 18 mil. Não sou da Liderança.

Então, como ele coloca todos nós, dentro de uma caixa só? E dou razão àqueles que recebem a verba de gasolina, porque uma Liderança tem que recebê-la, pois a liderança tem um gabinete maior, ele tem responsabilidades maiores.

Então, quando Vossa Excelência, Deputado Pedro Tonelli, der alguma declaração à imprensa, fale a verdade. E ainda mais, afirme à imprensa que não obstante estes Cz\$ 18 mil, nós ainda descontamos Cz\$ 7.496 no FEPPA, ajudamos o Partido com Cz\$ 2 mil, nós descontamos Imposto de Renda, quando na verdade muitas pessoas acham que o parlamentar não paga imposto de renda. Então, naturalmente, CZ\$ 204 mil não traduzem a realidade.

Esta é a minha revolta nesta hora e neste momento.

Quero dizer ao finalizar, Deputado Erondy Silvério, que Vossa Excelência já traduziu muito bem o que está acontecendo. O Deputado Pedro Tonelli está irritado com o Deputado Anibal Khury, porque o Deputado Anibal Khury defendeu as instituições, as Forças Armadas que têm por obrigação maior cuidar da soberania deste País. E o PT quer ver o quê? Quer ver a conturbação, quer ver o povo nas ruas, quer ver o desequilíbrio econômico. E nós, do Partido do Governo, do Partido da Situação, estamos rezando, pedindo a Deus para que em momento algum voltemos aos tempos negros. Se Deus quiser, conseguiremos o bem comum da população do Paraná e do país.

Deputado Erondy Silvério, muito obri-

gado pelo aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

Esta Presidência informa que tem um minuto para concluir.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Descontando a interrupção indevida do nobre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Queria indagar à Mesa quantos minutos a Liderança do PTB pode usar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está terminado. Estou dando o tempo de prorrogação.

O SR. PEDRO TONELLI - Gostaria de dizer ao nobre Deputado José Afonso Júnior...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que aí já não é Questão de Ordem. O senhor pode fazer suas explicações pessoais, no horário devido.

O SR. PEDRO TONELLI - Só gostaria de dizer que não estou me referindo aos demais parlamentares, o que estou fazendo através do boletim...

(Tumulto em Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua com palavra o orador da tribuna.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, não faria mais uso do restante do meu tempo, mas devo um aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Aproveito um minuto de Vossa Excelência, ilustre Deputado, parabenizando-o primeiramente pela colocação, em segundo se o ilustre Deputado Pedro Tonelli acha que ganha uma fortuna, nós temos tantas entidades no Paraná precisando de ajuda e de benefícios, eu sugiro a Vossa Excelência que distribua o seu salário às entidades.

O Sr. Pedro Tonelli - E vocês que são do Governo, o que estão fazendo?

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Eu estou distribuindo, eu quero que provem o contrário, eu desafio quem me prove o con-

trário...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Solicito ao nobre Deputado que se encontra na tribuna que conclua o seu Pronunciamento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, apenas para corrigir esta distorção de combustível. Naturalmente o nobre Deputado Pedro Tonelli quis se referir à verba de combustível dos Gabinetes de Lideranças, e ele que é Líder, Deputado único, solitário, mas Líder, gaste os Cz\$ 18 mil do Poder Público, agora, os demais Deputados não têm creditado nas suas contas, esta importância.

Era apenas esta explicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 018/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 25/87), visando substituir os valores de vencimentos estabelecidos pela Lei n. 8434, de 24 de dezembro de 1986, para os cargos integrantes da carreira de Procurador, da Procuradoria Geral do Estado, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., à EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido Projeto, Emenda Aditiva de Plenário de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, com apoio do Senhor Deputado Anibal Khury, nos seguintes termos:

Emenda:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO

PROJETO DE LEI N. 18/87

Acrescente-se, onde couber, à Emenda Substitutiva Geral do Projeto de Lei n. 18/87, o seguinte artigo e parágrafo único:

CO:

Art. - Os cargos que compõem a carreira de Técnicos de Controle Externo, do Quadro Próprio do Corpo instrutivo do Tribunal de Contas passam a ter os vencimentos como segue:

SITUAÇÃO PROPOSTA

Cargo	Classe	Nível	Vencimento
Téc.Cont.			
Externo	TC-I	A	Cz\$ 11.766,38
Téc.Cont.			
Externo	TC-I	B	Cz\$ 11.069,40
Téc.Cont.			
Externo	TC-I	C	Cz\$ 10.354,40

Parágrafo Único- Os efeitos financeiros deste artigo terão vigência a partir de 1.^o de março de 1987, já computada a alteração prevista no Decreto n. 156, de 23 de março de 1987, cujas despesas correrão à conta da verba da dotação orçamentária do Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 17.06.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Apoio: Anibal Khury.

JUSTIFICATIVA:

Os requisitos para o exercício dos cargos de Técnico de Controle Externo do Tribunal de Contas, são análogos aos Assessores Jurídicos do Tribunal de Justiça, guardada a peculiaridade técnica do Tribunal de Contas, que estende a privacidade desses cargos a contadores e economistas.

Sempre houve, no correr do tempo, igualdade de vencimentos entre os cargos de nível superior do Quadro do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas do Estado. Assim, a situação merece nosso total empenho e apoio, no sentido de que seja mantida a justa igualdade de tratamento a estas importantes carreiras do serviço público estadual.

Finalmente, salienta-se que as despesas decorrentes da implementação da disposição ora submetida a esta Assembléia Legislativa, correrá exclusivamente à conta da dotação orçamentária do Tribunal de Contas.

E ainda, requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando que a Emenda apresentada neste turno ao Projeto de Lei n.18/87, seja transformada em Projeto de Lei separado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Será a emenda constituída em Projeto separado.

Está em votação o Substitutivo Geral

da C.C.J..Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 165/86, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAQUIM TÁVORA- APAE, com sede e foro no Município de Joaquim Távora. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 188/86, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE CIANORTE, com sede e foro do Município de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 247/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor "JOSE CURY". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 262/86, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE IBAITI, com sede no Município de Ibaiti. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 67/87, de autoria do Deputado RAUL LOPES, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, Coronel da Polícia Militar DAGOBERTO DULCÍDIO PEREIRA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 238/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, ficam criados junto aos Núcleos Regionais de Educação, serviços Regionais de Assistência Social, cujas chefias deverão obrigatoriamente, ser ocupadas por profissionais habilitados para tal, com inscrição no respectivo órgão de classe, conforme especifica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade e PARECER FAVORÁVEL da C.F., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA.(Publicado no DA. n. 112/86, de 20.10.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 238/86

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, cria junto aos Núcleos Regionais de Educação, Servi-

ços Regionais de Assistência Social, cujas chefias deverão obrigatoriamente, ser ocupadas por profissionais habilitados para tal, com inscrição no respectivo órgão de classe.

A medida em questão, atende reivindicação da categoria, encaminhada pelo Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Paraná. A intenção é a implantação do Serviço Social nas escolas da Rede Escolar de Ensino Público Estadual.

Não obstante a intenção da matéria, temos que a mesma é inconstitucional, por ferir mandamento disposto no Art. 25, § 1.^o, alínea "b", da Constituição Estadual, razão pela qual opinamos CONTRARIAMENTE à aprovação do Projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 238/86

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, criando junto aos Núcleos Regionais de Educação, serviços de Assistência Social que tem como objetivo aparelhar a administração estadual de técnicos cuja formação profissional possibilite o trabalho nas escolas no sentido de democratizá-lo, propiciando uma integração do trinômio escola-família-comunidade.

A matéria vem atender além do exposto, um antigo anseio reivindicado pela classe dos Assistentes Sociais do nosso Estado, qual seja a implantação do Serviço Social nas Escolas da Rede Estadual de Ensino.

Pelo relevante valor social da medida, ampliando a atuação dos serviços sociais na comunidade, no momento em que o nosso País passa por uma grande carência no setor social.

Assim sendo, opinamos favoravelmente pela APROVAÇÃO do referido Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.05.87

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o adiamento por cinco sessões a discussão e votação do Projeto de Lei n. 238/86, constante da Ordem do Dia de hoje. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão e votação do Projeto de Lei n. 238/86, por

cinco sessões.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 37/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade que autoriza a realização de plebiscito na área compreendida pelo atual Distrito Administrativo de Diamante D'Oeste, visando a criação do Município do mesmo nome. (Em anexo Projeto de Lei n. 126/85, de autoria dos Deputados TERCIO ALBUQUERQUE e JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, que cria o Município de Diamante D'Oeste com território desmembrado do Município de Matelândia e divisas que especifica). EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 37/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.^o - Fica autorizada a realização de plebiscito na área territorial especificada, pertencente ao Município de Matelândia, a fim de que seja consultada a sua população, objetivando seu desmembramento para criação do Município de Diamante D'Oeste.

"Começa na confluência dos rios São Francisco Falso Braço Norte e São Francisco Falso Braço Sul, subindo por este até a foz do Rio São João ou Roselito, pelo qual sobe até alcançar a divisa entre os lotes 21-22 de onde segue pelas divisas entre os lotes 20-23, 18-23, 18-24, 17-24, 17-13, 13-12, 12-9, 7-8 e 6-8, todos da gleba n. 3 - 1.^a e 2.^a partes da Colônia Rio Quarto, atingindo aí o Rio Santa Cecília, de onde por uma linha seca rumo noroeste alcança a nascente do Rio Barra Funda, e por este abaixo até sua foz no Rio São Francisco Falso Braço Norte, pelo qual desce até sua confluência com o Rio São Francisco Falso Braço Sul; ponto de partida".

Art. 2.^o - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ACYR MEZZADRI

Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 126/85

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria dos nobres Deputados Tércio Albuquerque e José Antônio Fonseca, visa a criação do Município de Diamante D'Oeste, com território desmembrado do Município de Matelândia.

Encontrando-se regimentalmente correto e com a documentação específica em consonância com o estabelecido pela Lei Complementar n. 01, de 09 de novembro de 1967, trazendo ainda em seu bojo declaração da Câmara Municipal de Matelândia, concordando com o desmembramento do Distrito de Diamante D'Oeste de seu território. Esta comissão não encontrou óbices de natureza legal, ou constitucional, que impeçam sua normal tramitação.

Nestas condições, somos de parecer FAVORÁVEL à sua aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ACYR MEZZADRI

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro Luiz Fernando Otto, ocorrido no dia 16 de junho do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Onézimo Ferraz, ocorrido no dia 13 de junho do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Vereador José Nóbile Sobrinho, Presidente da Câmara Municipal de Terra Boa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, com apoio dos Senhores Deputados Lauro Lobo Alcântara, Haroldo Rodrigues Ferreira, e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Paulo Fontelles ocorrido no dia 11 de junho do corrente ano, na localidade de Ananindeuá, Estado do Pará. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela eleição da nova diretoria da Sociedade Rural do Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela eleição da nova diretoria executiva e conselho fiscal da Associação das Emissoras

de Radiodifusão do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n. 63/84. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo o imediato pagamento dos gatilhos salariais atrasados, devidos ao funcionalismo público estadual. Em discussão. Em votação. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Deferido o pedido do Deputado Caíto Quintana será feita a chamada nominal. Solicito ao Senhor 1.º Secretário que faça a chamada dos mesmos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Edmar Luiz Costa) - (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

(Procede a 2.ª chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Trinta e quatro Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

A Mesa vai proceder à verificação de votação do requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

Em votação. Dez Senhores Deputados aprovam; dezoito Senhores Deputados rejeitam; Rejeitado o Requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 64/87. Aprovado. À

Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da Polícia Federal, encarecendo a implantação de um posto avançado de atendimento aos interessados à naturalização, na expedição de 2.ª via ou novas carteiras de identidade para estrangeiros, passaportes, e também para efetuar o repasse das cédulas de identificação alusivas ao recadastramento de estrangeiros processado a partir do ano passado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, visando a criação e implantação do ensino de segundo grau do curso de magistério na Escola Estadual Polivalente - Ensino de segundo grau do curso de magistério na Escola Estadual Polivalente - Ensino de primeiro grau, do Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a abertura e pavimentação da estrada que liga os Municípios de Maringá e Astorga. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a abertura e pavimentação da estrada que liga os Municípios de Itambé e Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a inclusão do Comando Geral da Polícia Militar do Estado, no Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da LBA, encarecendo auxílio financeiro para o Centro Espírita Alan Kardec - Casa de Sopa Dr. Leopoldino, do Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando para que seja considerado lido, o manifesto das Associações Comerciais e Indus-

triais de Maringá e região, contra a Ferrovia Norte-Sul, em anexo, bem como transcrito nos Anais da Casa. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Presidente da PROVOPAR, encarecendo o envio de mil cobertores para a instituição Lar São Vicente de Paula, no Distrito de Vila Alta, Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Política Habitacional, encarecendo a construção de cinquenta casas, pelo regime mutirão, no Município de Santa Amélia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário de Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, visando a construção de cinquenta casas, pelo Sistema Fiançeiro de Habitação, no Município de Santa Amélia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Política Habitacional, encarecendo a construção de cem casas, pelo regime de mutirão, no Município de Santa Mariana. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário de Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, visando a construção de cem casas, pelo Sistema Financeiro de Habitação, no Município de Santa Mariana. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Colunista Alcy Ramalho Filho, criador e organizador do I Concurso Gralha Azul de Literatura Brasileira, que conseguiu devolver ao Paraná a sua posição de vanguarda no cenário literário nacional, além de uma integração interestadual na arte das letras. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio à Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, nas reivindicações apresentadas ao Senhor Governador do Estado, no dia 12 transato. Aprovado. À Dire-

toria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo estudos junto ao BADEP, BANESTADO e BRDE, um plano de crédito simplificado aos agricultores, isto é, que as dívidas sejam saldadas com mercadorias produzidas pelos próprios agricultores. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, visando o estabelecimento imediato dentro do orçamento estadual de uma verba fixa para a manutenção da Casa do Estudante Universitário - CEU. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Senhores Presidente da República e Ministro da Fazenda, encarecendo para que, além do gatilho salarial a ser acionado em junho, sobre a inflação de maio, também seja pago o resíduo e a inflação de junho em um gatilho no mês de julho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, com apoio dos Senhores Deputados Caíto Quintana, Sabino Campos, e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário da Fazenda e Presidente do Banco do Estado do Paraná, encarecendo seja prorrogado para o final do mês de setembro, após a colheita de trigo, o vencimento dos empréstimos agrícolas efetuados pelos agricultores que sofreram frustração de safras. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, visando a pavimentação do acesso ao Município de São Jorge do Patrocínio, a partir da rodovia Pérola-Altônia, bem como a implantação de revestimento asfáltico interligando vias de ligação intermunicipais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, visando a liberação de verba para manutenção da Creche Recanto das Crianças do Distrito de Lovat,

no Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, visando a liberação de verbas para auxílio à manutenção da Associação de Assistência aos Surdos e Mudos - ASSUMU, do Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando voto de repúdio e de pesar pela morte do advogado Paulo Fontelles e demais crimes contra líderes sindicais e religiosos ligados à terra. Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a instalação de uma Auditoria no DER e em seus Distritos Rodoviários, para apurar as irregularidades denunciadas nos documentos em anexo. Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão, para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários de Saúde, Superintendente Regional do INAMPS e Prefeito Municipal de Dois Vizinhos, encarecendo providências com relação ao documento reivindicatório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Dois Vizinhos. Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria, do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expe-

diente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Turvo, visando a construção de uma escola para a Comunidade de Pilão Velho, naquele Município. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da LBA, encarecendo auxílio financeiro para a Sociedade dos Amigos de Cruzeiro do Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Conselho Nacional de Trânsito e DNER, visando providências para melhor identificação de veículos transportadores de cargas perigosas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de aplauso à SIX - Superintendência da Industrialização do Xisto e à Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem - SPVS, desta Capital, pela elaboração e manutenção do brilhante projeto "Arca de Noé". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao novo Conselho Geral recentemente eleito da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia desta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 4.º aniversário do "Jornal do Estado", desta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Educação, visando a implantação de uma Escola Técnica Federal, que ofereça cursos de eletrotécnica, eletrônica e mecânica, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja marcada para o dia 19 de agosto do corrente ano, a Sessão Solene de outorga do título de Cidadania Honorária do Paraná, ao Senhor Justino Araújo Vilela. Em discussão.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 4.º aniversário de fundação do "Jornal do Estado", nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 32.º aniversário do Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos membros da Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, sugerindo uma política liberal para o segmento assistencial que afaste de modo conclusivo a proposta de estimatização progressista dos hospitais e estabelecimentos de saúde. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário de Finanças e da Administração, visando o reajuste salarial para o funcionalismo público, e disparo do gatilho referente ao mês de maio/87 e período de 1.º a 12 de junho de 1987, proporcionalmente. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Política Habitacional, visando a construção de cinquenta casas, pelo regime de mutirão, no Município de Nova Fátima. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários de Política Habitacional e Presidente da COHAPAR, visando a construção de cinquenta casas, pelo Sistema Financeiro de Habitação, no Município de Nova Fátima. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários de Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de cinquenta casas, pelo Sistema Financeiro de Habitação, no Município de Congonhinhas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Política Habitacional, visando a construção de cinquenta casas, pelo regime

de mutirão, no Município de Congonhinhas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de uma Comissão Especial composta por sete Senhores Deputados, para acompanhar a sindicância sobre as irregularidades constatadas no PROMOPAR e IAM. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando votação nominal para o requerimento de sua autoria que se encontra sobre a mesa. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a aprovação de Regime de Urgência para a Mensagem n. 38/87, oriundo do Poder Executivo, por se tratar de matéria de interesse geral da população paranaense. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 91/87, oriundo da Mensagem do Poder Executivo n. 50/87, que objetiva alterar os limites de critérios suplementares para a administração direta e indireta. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Encerrada a Ordem do Dia. Explicações Pessoais concedo a palavra ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela ordem) Senhor Presidente, gostaria de registrar nos Anais deste Poder Legislativo o meu testemunho quanto ao Excelentíssimo Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Nós que o conhecemos de longa data, sabemos que até antes de ser Deputado, Luiz Carlos Alborghetti, conhecido pelo programa "Cadeia", já vinha atendendo os menos favorecidos pela sorte no setor de assistência social.

Eu quero, nesta oportunidade, parabenizar este ilustre Deputado pelos relevantes serviços prestados à sociedade do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Concedo a palavra, invertendo a ordem, a pedido, nas Explicações Pessoais, ao Senhor Deputado Anibal Khury.

O SR. ANIBAL KHURY - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Se há alguém neste Estado que pode falar do Exército, sou eu. Preso em pleno mandato de Deputado Estadual, sem qualquer

chance de defesa, fui preso por quarenta e dois dias. Entretanto, devo dizer que dos oito oficiais que me interrogaram durante quarenta e dois dias apenas se excederam no sentido de me incriminar. Por isso, não aceito as queixas do nobre Deputado Pedro Tonelli que tentando defender o Pastor Fuchs com razão ou sem razão -, tentou denegrir uma instituição que honra esta Nação.

Agora vem o nobre Deputado Pedro Tonelli com o seu famoso boletim do Partido dos Trabalhadores dizendo que este boletim foi por mim censurado. Invoco o testemunho do Deputado Antônio Belinati que assistiu a conversa entre mim e o Deputado Pedro Tonelli. Não censurei; disse ao Deputado Pedro Tonelli que ele podia publicar o que quisesse, inclusive a meu respeito, porque está lá o xerox deste célebre "pasquim" do Partido dos Trabalhadores. E quanto a mim não havia dúvida: poderia publicar o que quisesse, fizesse o que quisesse, que não havia dúvida.

É ou não é verdade, Deputado Pedro Tonelli?

É verdade, sim. Vossa Excelência, mais uma vez, é mentiroso descarado, mentiroso que não honra o seu Partido, porque tinha o testemunho ... gostaria que o Deputado ...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ANIBAL KHURY - Pois não, Deputado.

O Sr. Lindolfo Júnior - Gostaria apenas de lembrar, por coerência o grande trabalho realizado por Vossa Excelência frente à 1.ª Secretaria. Logo na primeira reunião da Executiva, determinasse que nenhum funcionário seria contratado, e estamos cumprindo, Deputado Anibal Khury.

Talvez Vossa Excelência não se lembre, mas além do deputado Antonio Belinati, eu também estava com Vossa Excelência naquele momento em que Vossa Excelência conversava com o chefe da gráfica, Luiz Carlos, e o autorizava a publicar na íntegra o boletim do Partido dos Trabalhadores. Eu sou testemunha, pertencendo a um Partido de oposição ao Governo, estive em diversas lutas ao lado do deputado Pedro Tonelli, mas neste momento devo confessar que na ocasião estava na sala de Vossa Excelência, e Vossa Excelência naquele momento dizia ao funcionário desta Casa que publicasse na íntegra o boletim do PT.

Obrigado, Excelência.

O SR. ANIBAL KHURY - A mim, Senhores Deputados, não importa que o Deputado Pedro Tonelli anuncie quanto ganham os Senhores Deputados. Isto ele o faz por mero

exibicionismo, ele é um exibicionista político como é aquela "célebre" Deputada agora que foi eleita na Itália.

Mas, o que me causa estranheza é os termos em que ele coloca o assunto. Quero que Deputados ouçam o que vou ler:

(Lê):

"Legislativo em causa própria"

Os Deputados Estaduais do Paraná continuam tendo aumento de salários - legislando em causa própria, num procedimento que chega a ser absurdo, os Parlamentares acumularam um aumento de quase 100% desde março ..."

Aí vem a demagogia do nosso "querido" Deputado, que põe a carroça adiante dos bois.

...enquanto os trabalhadores receberam apenas 40% referente ao disparo de dois gatilhos, ou nem isso, no caso dos funcionários públicos.

Vejam abaixo o quadro comparativo dos vencimentos de um Deputado nos últimos meses, sempre lembrando que o imposto de renda é pago apenas sobre a parcela fixa dos subsídios".

E agora, notem bem os Senhores Deputados, o Deputado Pedro Tonelli - "honrado", "digno" e "honesto" Deputado Pedro Tonelli, vale lembrar, também, fica com apenas 27% dos subsídios e auxílios. Dá a entender que ele só recebe 27% e o resto fica na Casa. Senhores Deputados, ele recebe tudo, não deixa nada sem receber! Tudinho ele recebe, inclusive quer receber o conserto de um automóvel em que se acidentou em Florianópolis.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Vossa Excelência vem reafirmar e confirmar que o ilustre Deputado Pedro Tonelli só vive dizendo inverdades. O mesmo, há uns dois meses atrás, da tribuna desta Assembléia Legislativa, disse que não ia sacar o dinheiro da Assistência Social, e eis que Vossa Excelência confirma que o mesmo não está deixando de receber nenhuma soma de valores de seus direitos de mensalidade como Deputado.

Vale ressaltar que quanto a esta posição tomada pelo ilustre Deputado - quando tenta desmoralizar este poder Legislativo - que eu acho que todas as posições têm que ser preservadas. Temos ouvido várias e várias críticas do Deputado Pedro Tonelli quanto ao Exército, e eu já, por várias vezes o aparteei, e disse ao Deputado que temos que preservar as instituições brasileiras.

Se na verdade, através da incompetência e lamento-a, profundamente, tenho até pena desses inocentes que acreditaram nas suas demagogias, nas mentiras e acabaram

trazendo um falso representante a este Poder Legislativo. Um falso representante que não defende o trabalhador, trabalhador nenhum, que não procura de forma nenhuma atender os menos favorecidos pela sorte. E a confirmação está exatamente quando um homem que tanto critica e que utiliza de um veículo oficial. Segundo denúncias nesta Casa hoje, vindo da praia de Camboriú ou da praia de São Francisco em Santa Catarina.

Onde fica a defesa dos menos favorecidos pela sorte?

Então, na verdade, Deputado Anibal Khury, quero parabenizar Vossa Excelência neste instante, porque o ilustre Deputado Pedro Tonelli não sabe definir as instituições, porque se houve no passado alguns militares que praticaram erros, foram alguns militares, não foi o Exército. Em todos os lugares existem os mentirosos, os arbitrários e os demagogos, como aqui nesta Assembléia Legislativa existe o Deputado Pedro Tonelli.

Obrigado.

O SR. ANIBAL KHURY - Está presente aqui o Deputado Antônio Belinati.

Para que não me fuja esta oportunidade, gostaria que Vossa Excelência falasse sobre a conversa que mantive com o ilustre Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Antônio Belinati - Ilustre Deputado Anibal Khury, confirmo que eu estava no seu gabinete, colhendo uma assinatura, e que lá estava o ilustre Deputado Pedro Tonelli, como estavam o Deputado Lindolfo Júnior e o nobre e honrado jornalista Antônio Carlos Lacerda.

Confirmo que Vossa Excelência disse e reafirmou várias vezes ao Deputado Pedro Tonelli, que poderia publicar o que quisesse sobre Vossa Excelência, qualquer que fosse a "charge" que Vossa Excelência não se importaria e não teria nada a se opor.

Esta conversa ouvi, e dela participou até o jornalista Antônio Carlos Lacerda.

O Sr. Caíto Quintana - Permite-me um aparte? (Assentimento)

Há tempos tenho esta vontade, e faço-a neste aparte de Vossa Excelência. Queria fazer uma avaliação do ponto de vista do contribuinte do Tesouro do Estado.

Quando li que os vencimentos dos Deputados são escandalosos, segundo a visão do Deputado Pedro Tonelli, mas que isto diz como defesa própria, já que recebe este vencimento. Aliás, maior do que qualquer outro Deputado, porque recebe as verbas de Liderança também, o Deputado coloca como defesa sua, que fica com apenas 27%.

Isto me faz pensar que 73% vai para o Partido. Os demais Parlamentares recebem a

mesma coisa. Uns gastam 20, 30%, pessoalmente; 60, 70% vai para o atendimento de suas bases.

Quero chamar a atenção dos Deputados para o seguinte: tanto faz a quantia com que o Deputado fica para o Poder Público, para o contribuinte, custa Cz\$ 200 mil cada um. Não importa se fica com 27, com 30, com 10 ou com 90%. O contribuinte do Paraná está pagando para o Deputado receber este total que vem em folha. Então, quando se disser que é muito o ganho, a dignidade me faz não receber este muito. No instante em que eu o recebo, estou compactuando com este muito.

Lamento profundamente que se trate a questão desta forma, nesta Casa. Muitas vezes a própria imprensa não tem conhecimento de quanto deste dinheiro que recebe o Parlamentar não é salário. Nele está embutido a bolsa de estudo, o atendimento de gabinete, as passagens, as ambulâncias, os telefones, a correspondência, o combustível, tudo aquilo que o Deputado gasta no interior em qualquer festa da Igreja, com qualquer entidade que vem pedir. Muitas vezes não sobra, absolutamente nada, em muitos gabinetes, ao final do mês.

Ora, Senhores, vamos falar a verdade, sob pena de desmoralizar o Poder Legislativo, e desmoralizá-lo, este que é o Poder de representação popular, é desmoralizar a democracia; é avançar um passo a mais para regimes autoritários. Porque quando um povo não acreditar no Legislativo, que eleger para representá-lo, estamos contribuindo com isto para fortalecer os regimes ditatoriais que, infelizmente, já tivemos.

Muito obrigado.

O SR. ANIBAL KHURY - Quero ainda salientar outra inverdade, para não dizer mentira, do Deputado Pedro Tonelli, quando ele alega que o ameacei, ou que a Primeira Secretaria ameaçou os funcionários de demissão, se ocupassem os elevadores privativos dos Deputados e das autoridades. A ordem foi emanada por mim. Confirmo a ordem. O Deputado disse que todos os elevadores desta Assembléia estão com uma ordem minha... mentira! São só dois, os dois privativos dos Deputados e autoridades. Isto porque recebia reclamações constantes dos Srs. Deputados, pois por ocasião da chamada nominal dos Srs. Deputados o elevador estava atendendo possivelmente gente em passeata.

Foi em defesa dos Deputados e das autoridades que, dos oito elevadores que temos na Casa, só dois são ocupados pelas autoridades. Ele transcende a ordem que eu dei e que confirmo, e que enquanto eu for Secretário, vai ser procedido desta maneira.

Por isso, Deputado Pedro Tonelli, com

os apartes dos Deputados Antônio Belinati e Lindolfo Júnior, Vossa Excelência afaste um pouco do microfone porque o seu nariz está encostando no microfone. Vossa Excelência é o digno representante do Pinóquio, nesta Casa.

O Sr. José Rogério - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Deputado Anibal Khury, com relação ao último tópico, dos elevadores nesta Casa, devo dizer que fui o Deputado que levou esta reclamação, por encontrar um dia o elevador cheio de pessoas carregadas com pacotes, e eu com pressa de subir ao gabinete não consegui entrar no elevador das autoridades. Aí eu pedi, realmente, fiz reivindicação para que o Sr. Primeiro Secretário fizesse esta notificação, a fim de que este elevador de autoridades fosse exclusivo para os Deputados, prefeitos, pessoas que realmente estão acompanhando os Deputados.

Então, esta reivindicação foi minha. Fui atendido e acredito que o nosso Poder Legislativo tem que ser honrado e respeitado. E nós, como Deputados, somos autoridades nesta Casa, eleitos por um sem número de pessoas, que nos elegeram e temos que honrar este nosso mandato. E somos autoridades e esse elevador tem que ser respeitado pelas autoridades.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Mesa informa que seu tempo está esgotado. O Senhor deseja uma prorrogação de tempo?

Está prorrogado o seu tempo.

O Sr. Ezequias Losso - Vossa Excelência me concede o aparte? (Assentimento)

Inicialmente, quero ressaltar o brilhante desempenho de Vossa Excelência como supervisor desta Casa, conforme o Regimento Interno lhe atribui.

Estas questões relacionadas com o uso dos elevadores e outros, efetivamente, não de ser resolvidas por quem tem a visão administrativa para proporcionar as condições essenciais para o trabalho dos Deputados.

Isso Vossa Excelência tem feito com muito critério e com muita sensibilidade.

Em relação a este episódio da publicação deste panfleto que vem atingir a todos nós, de autoria do Sr. Pedro Tonelli, somando-me aos Deputados que já mostraram a sua indignação, quero também registrar a minha estranheza diante do fato de que Sua Excelência está pretendendo jogar a opinião pública contra esta Assembléia Legislativa, num processo conhecido como anarquizante, porque a intenção clara é a de querer criar animosidades, falando de tra-

balhador como se nós não fôssemos trabalhadores; como se nós estivéssemos aqui a fazer brincadeiras. A não ser que Sua Excelência esteja pensando que esta Casa é uma casa de brincadeiras.

Estamos aqui fazendo um trabalho sério que requer do Parlamentar, não apenas o tempo, mas também os recursos que devem ser por intermédio do Deputado, aplicados convenientemente.

E confunde o Deputado Pedro Tonelli, como confundem alguns jornalistas também, verbas específicas, verbas para cobertura de despesas para transportes e etc, como de fossem salários. Salários são os subsídios do Deputado, parte fixa, parte variável, ajuda de custo. No mais, são despesas que devem ser aplicadas para o desenvolvimento das atividades parlamentares.

Freqüentemente o Deputado é procurado para encaminhar doentes para o interior; cadáveres que devem ser sepultados no interior e ele que paga o combustível e para isso existe uma verba que faz parte deste conjunto, que o Deputado do PT está sempre querendo dizer que é o gatilho salarial que está aumentando e tudo o mais. Se aumentou o preço da gasolina, se há necessidade de colocar na ambulância uma certa quantidade de gasolina, é natural que o Deputado tenha melhores condições para poder atender àquelas pessoas necessitadas, porque o preço da gasolina não é especial para o Deputado, ele paga o mesmo preço que qualquer contribuinte.

Por isso, eu acho que chegou o momento de separar as coisas. Salário é salário, despesas são despesas. Agora, se o Deputado Pedro Tonelli está confundindo despesa com salário, aí as coisas realmente passam a merecer, por parte de todos aqueles que estão interessados na verdade, uma atenção especial, pois no meu modo de entender, o que não é verdadeiro, cai na mentira.

O SR. ANIBAL KHURY - Eu concedo o aparte que, embora não tenha sido solicitado, mas no meu estilo democrático, concedo o aparte ao Deputado Pedro Tonelli, que vai falar em nome da linha albanesa, nesta Casa.

O Sr. Pedro Tonelli - Eu dispenso o aparte, estou inscrito em Explicações Pessoais, e vou usar o meu tempo para dar todas as explicações necessárias.

O SR. ANIBAL KHURY - Mas eu gostaria, nobre Deputado, de manter um diálogo com Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - O diálogo a gente mantém em outros momentos. Estamos discutindo politicamente neste Plenário.

Eu respeito as suas afirmações como respeito as de todos.

Agora, vou usar o meu tempo, o tempo que o senhor usou aqui, eu vou usar para dar as minhas explicações, a minha versão, aquilo que eu entendo.

O SR. ANIBAL KHURY - Nobre Deputado Pedro Tonelli, Vossa Excelência realmente é um perseguido nesta Casa.

Quando assumiu o cargo, já eleito Deputado, solicitou à Primeira Secretaria um automóvel e foi atendido, não foi, nobre Deputado? Desde antes de assumir o cargo, Vossa Excelência tem todas as regalias nesta Casa.

Agora, Vossa Excelência não me engana. Talvez Vossa Excelência não tenha lido ainda um livro muito interessante, "Um Lugar ao Sol", de Suzana Labem. Nele está descrita a técnica que Vossa Excelência usa, que é esculhambar o mais possível para acabar com o regime democrático.

Eu quero dizer ao nobre Deputado Pedro Tonelli, que não guardo nenhuma mágoa de Sua Excelência.

Talvez, entrando aqui pela primeira vez, inebriado, adulado, assessorado por algumas pessoas bem pagas pela Assembléia e pelo Partido que toma de Vossa Excelência uma importância razoável, na ordem de 63%, Vossa Excelência deve dizer ao povo paranaense, dizer a todos, que recebeu religiosamente Cz\$ 202 mil do mês de junho - Vossa Excelência falou Cz\$ 204, mas são Cz\$ 202 mil e recebe religiosamente todos os seus ganhos mensais e reparte impatrioticamente, com seus colegas de Partido.

Era só, Senhores.

Eu concedo o aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu gostaria só de colocar dois pontos importantes, Deputado Anibal Khury, ao Deputado Pedro Tonelli.

Primeiro, que nos contra-cheques que os Srs. Deputados recebem, aqui diz, no número 003, PDS, mensalidade, 017, PMDB, mensalidade, 023 PMDB Londrina e 024, PFL mensalidade. Aqui não consta, no contra-cheque, o PT.

Por isso, eu não quero acreditar, de forma nenhuma, que o ilustre Deputado venha distribuindo o seu salário com seu Partido! Eu acho que ele está distribuindo o seu salário para seu bolso!

Em segundo lugar, quero dizer que, talvez por difamação do ilustre Deputado, ou até por falta de competência e de conhecimento, todas as Câmaras de Vereadores do Paraná e do Brasil são reajustados os salários dos Vereadores através de uma Certidão Negativa expedida por todas as Primeiras Secre-

tarias das Assembléias Legislativas, do Paraná e do Brasil inteiro, e que Vossa Excelência, ilustre 1. Secretário, tem expedido por minha solicitação, porque requeri várias vezes tais certidões atendendo a solicitação dos Presidentes das Câmaras Municipais dos municípios que represento.

Então, eu não vejo razão de se transformar num carnaval o salário de Deputado. Porque se nós formos buscar a realidade dos fatos veremos muitas coisas. Vamos ver que os Deputados que trabalham, vejam muito bem isso, Deputados que se dedicam às suas bases, que atendem a seus eleitores, e que reconhecem o valor dos seus assessores esses Deputados ganham muito pouco.

Agora, os Deputados que não trabalham, que usam de carro oficial para ir nas praias de outro Estado, desprestigiando as praias paranaenses e do seu Estado, ganham muito bem.

Obrigado.

O SR. ANIBAL KHURY - Senhores Deputados, eu fugi um pouco do meu estilo. Mas foram as provocações do Deputado Pedro Tonelli, que me levaram a isso e eu não evitei em respondê-las. E daqui para a frente vou respondê-las todas com a mesma veemência e talvez com o mesmo tipo de intriga que o nobre Deputado Pedro Tonelli usa.

Daqui para a frente, nobre Deputado Pedro Tonelli, nós somos cordiais adversários.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Cosulto o nobre Deputado Nereu Carlos Massignan se fará uso do seu tempo nas explicações pessoais.

Com a palavra o Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, há fome no Brasil; há crianças morrendo a cada hora. O Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira hoje, no Grande Expediente mostrou o quadro triste e doloroso da saúde pública neste País.

Temos acampamentos esparramados por este Paraná, e sem-terras aguardando um pedacinho de chão. Há neste País brasileiros esquecidos às margens do rio Amazonas; mas há brasileiros pobres, miseráveis, descamisados, doentes, famintos nas favelas de Curitiba. Há menores que perambulam por aí sem pai, nem mãe, nem destino, nem esperança, nem educação, nem paz. Sem amor.

Há neste País feridas sociais gritantes. Há assalariados de salário-mínimo, salário de dor; há homens que dão graças ao patrão que lhe dá hora-extra para aumentar o seu salário.

Há trabalhadores que se humilham perante o patrão e lhe pedem com toda esta humildade que lhe garanta o emprego no dia seguinte. Há neste País, Senhores Deputados, Senhor Presidente, chagas mais marcantes do que as chagas de Cristo. Chagas sociais, que historicamente estamos vendo. Passa uma Legislatura, passa outra, criam-se regimes, sistemas, sistemas de governo, multiplicam-se partidos, extinguem-se partidos, exilam-se brasileiros, tortura-se, persegue-se, resiste-se, se faz o retorno, e se pensa que estamos de novo nos caminhos da democracia, mas há essa chaga profunda e todos esses episódios históricos e políticos que citei, todos eles foram testemunhas dessas misérias e dores deste Brasil, este Brasil da América Latina, deste Brasil que às vezes, no seu canto, na sua música, mostra, ao lado da beleza artística, essa dor social que faz a todos nós pensar!

No entanto, Senhores Deputados, os episódios de hoje nesta Assembléia nos desviaram e nos levaram a discutir assuntos de menor importância. Convenhamos, Senhores Deputados, vir aqui discutir portarias de uso de elevador, e ver companheiros de repente repensando o papel das Forças Armadas, e outros explicando salários de Deputados, subsídios, auxílios, verbas e outras questiúnculas!

Vejam a diferença, vejam o distanciamento, Senhores Deputados, de uma determinação administrativa, de uma portaria de uso do elevador, em relação a essas dores sociais deste País!

Onde está a nossa responsabilidade, a nossa sensibilidade, o nosso compromisso do voto, o nosso discurso?

Onde está a nossa lealdade, a nossa sinceridade, a nossa transparência, o nosso compromisso, Senhor Deputado Pedro Tonelli, companheiro de Assembléia? Para que todas essas pequenas provocações? Parece-me até que há, deliberadamente, a vontade do desvio da discussão maior, da contribuição para se ver este Brasil, diferente, justo, correto, democrático.

O que nos leva a toda essa discussão, de ver, aqui o ilustre Deputado Aníbal Khury ter que vir reafirmar a sua autoridade de que a sua portaria vai ser cumprida!!

É preciso tudo isto, meus companheiros e Senhor Presidente? Cinquenta e quatro cidadãos e cidadãs somando milhões de vontades, e nós aqui, nos encolhermos?!

Até parece que quase nos escondendo para não ver as verdades lá fora, os gritos, os passeios pelas avenidas, os protestos, as angústias da própria descrença que hoje impera em cada líder deste Paraná inteiro quanto às últimas medidas econômicas, e vendo o povo dizer: "Precisamos

fiscalizar o Governo, nós não vamos mais ser o fiscal do Sarney".

Isto tudo mexe conosco e isto tudo deve chamar-nos à responsabilidade do compromisso aqui, meu companheiro Pedro Tonelli, de não ficarmos discutindo o seu direito de mil litros de gasolina por mês como Líder do seu Partido, mas de esclarecer o que é dever seu e de cada um de nós, que quotas de gasolina, ou é álcool ou seja lá o que for cabem ao Líder do Partido e não aos demais Parlamentares, para não me colocarem na defensiva e no vexame, Senhores Deputados, de ter que responder a um companheiro que, em tom de brincadeira me propunha:

"Senhor Deputado Nereu Massignan, vamos montar um posto de gasolina?

Eu, surpreso, perguntei:

- Por que? é um bom negócio?

- É. Porque Vossa Excelência recebe mil litros por mês e em breve nós seríamos prósperos empresários do setor de combustíveis!"

Então, é preciso que quando se escreve essas coisas, meus companheiros, se esclareça quem tem o direito de, se usa e porque usa. Eu não tenho esse direito, não o pleiteio e não o quero. Como líder, sim e o defendo, tanto para o PMDB como para o PT, como para o PTB e o PFL, para todos os partidos aqui. É preciso que cada um assuma as suas responsabilidades. Quando se aceita o direito que o Poder Legislativo dá que se assuma o ônus também de ser criticado lá fora. E se não se quiser a crítica, que se renuncie a isto.

Companheiros. Há pouco as forças armadas quase que foram convocadas para dentro do Parlamento. Nós, políticos, que a toda hora falamos em democracia não podemos abrir nenhum milímetro, nenhuma brecha, ou conceder qualquer fio de luz para que as Forças Armadas um dia voltem a dizer "estamos novamente sendo convocadas". O que foi dito há poucos momentos é essa fresta de luz que está permitindo a construção de argumentos que podem desembocar em um futuro que nós não queremos que aconteça novamente.

As Forças Armadas têm a exclusiva missão constitucional de defesa do País contra a agressão externa. Assim, não cabe fazer o que foi feito aqui há instantes atrás, ou seja, dar às Forças Armadas a oportunidade de criticar a todos nós e de encontrar protestos para justificar uma nova intervenção a qual não queremos.

Por isso, meus companheiros, enquanto presenciava todo esse episódio, olhei o Brasil nas suas entranhas, entranhas podres, cheias de injustiça. E confesso, quase em desabafo, meus companheiros, confesso que todos nós, hoje, depois desta sessão, consultando a nossa consciência,

deveremos todos fazer uma auto-crítica da nossa responsabilidade parlamentar, e concluir que este episódio serve apenas como um fato histórico, do passado, e que não se repita, para que nesta Casa voltemos a discutir as grandes questões paranaenses e brasileiras.

As Forças Armadas no Brasil, têm que se vincular ao compromisso constitucional que está sendo construído na Assembleia Nacional Constituinte. Após elaborada esta Constituição, todos nós, e qualquer instituição, inclusive as Forças Armadas, devemos nos curvar a esta instituição maior que é a Constituição.

E as nossas adversidades, as nossas divergências, a dualidade própria da democracia, o choque e o entrelcho de idéias, será resolvido dentro da lei e do direito positivo, consagrado, legitimado pela Constituinte e jamais fora disso. Serve isso também como auto-crítica do ocorrido na presente sessão e também como exame de consciência individual, adicionando a esta reflexão a soma dos votos que nos permitiram estar aqui.

E antes de encerrar, vale a pena lembrar que questão do salário do Deputado não é nenhum mistério. Os companheiros da minha região sabem quanto eu ganho, de que maneira é ganho, e sabem também a maneira como é gasto. De nenhum deles fui cobrado pelo exagero do salário, pelo contrário, tenho recebido estímulos desses companheiros, que muitas vezes, com toda aquela humildade própria de pessoas simples, procuram ajudar no sentido de que as minhas despesas não cresçam além do razoável. Às vezes eu percebo esta preocupação no próprio prefeito, no vereador, no líder comunitário lá no interior do Município de Dois Vizinhos ou de São Jorge, que me convidam e querem a minha presença na sua comunidade, e dizem, eu sei que isso implica em alguma despesa para o Senhor, mas faça um sacrifício". Vejam, então, que não há mistério, não há a menor necessidade de fazer do salário do Deputado manchete de jornal, não sei a que o leva isso.

Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

O Sr. Lindolfo Júnior - Apenas para parabenizá-lo pelo brilhante discurso, e expressar nossa esperança em ter nesta Casa um parlamentar do quilate de Vossa Excelência, cômico de suas obrigações, de suas responsabilidades, e vê-lo dizer que esse Parlamento está aberto a toda população do Estado do Paraná, lembrando que não somos nós que legislamos em causa própria e dizer que o Deputado Estadual percebe 2/3 do que ganha o Deputado Federal.

Se existe algum problema, este problema está em Brasília, e se alguém está le-

gislando em causa própria, são os Deputados Federais, o Congresso, e não nós, Parlamentares do Paraná.

Vossa Excelência está de parabéns, e quero apenas ressaltar que uma mobilização que iniciou no ano passado cresceu, e somos agora um grande contingente e aprovamos um requerimento da nossa autoria, e convido Vossa Excelência, como os demais Partidos, para que integrem conosco uma comissão de investigação, para apurarmos os problemas da Casa, ao meu lado, ao lado do Deputado Anibal Khury, ao lado do Deputado Antônio Annibelli, Presidente desta Casa de Leis. Encarecemos que cada agremiação partidária seja representada nesta comissão de investigação, para que tenhamos condições de produzir muito mais pelo nosso Estado.

Com relação ao Deputado Anibal Khury, vale lembrar que essa austeridade que continua sendo implementada já vinha desde a Legislatura passada, porque esta Casa devolveu aos cofres do Estado, mais de Cz\$ 20 milhões, economizados pelo brilhante empenho do Deputado Anibal Khury, e da última Comissão Executiva, integrada pelos Deputados Quielise Crisóstomo, Nilso Squarezzi, enfim, por gente que voltou para esta Casa e por gente que foi para Brasília, graças ao bom trabalho desempenhado neste Parlamento.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Informo a Vossa Excelência que seu tempo regulamentar está esgotado, e pergunta se deseja fazer uso de mais tempo.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Eu gostaria de dispor de mais cinco minutos para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedido.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Muito obrigado, nobre Deputado, e gostaria de agradecer por este convite que Vossa Excelência me formula, dizendo que já prestamos alguma contribuição neste aspecto, quando sugerimos que esta Casa, dentro de um programa técnico elaborasse e institucionalizasse aqui, biblioteca da Assembleia Legislativa, denominada "Santos Dumont".

Da mesma maneira encaminhamos à Mesa uma contribuição que está em estudos, para apreciação e posterior aprovação se assim o entenderem, da elaboração de um curso sobre teoria política aqui na Assembleia Legislativa.

Encaminhamos também, juntamente com outros Deputados, um documento entregue à Presidência, no qual nós propomos algumas modificações dentro da Casa, e senti que

houve a sensibilidade e receptividade por parte de companheiros da Bancada do PMDB, como também da Bancada da Oposição, que solicitaram cópia do documento para estudo e encaminhamento conjunto.

Encerrando, Senhor Presidente, resta ainda o episódio da censura, que teria ocorrido. Eu já manifestei minha posição nesta questão de censura. Se o Deputado Anibal Khury se vê na contingência de re-examinar os discursos da Casa, é porque existe um dispositivo regimental que dá esses poderes à Mesa Executiva através da 1.^a Secretaria.

Mas a minha posição que já manifestei publicamente para a imprensa, é de que nenhuma Mesa, nenhum Parlamento, ninguém deveria censurar ninguém, mas que, por outro lado, deveria o Regimento responsabilizar cada um pelo seu texto, pelas suas palavras e se em algum momento alguém fosse chamado para responder o processo, então perante o Magistrado do Tribunal de Justiça, desse as suas explicações.

Eu compreendo o ocorrido e até acho que o Deputado Anibal Khury não o fez com a emulação de Censor, não fez isso com o espírito de censor que poda as idéias mas, assim procedem em vista do Regimento e se não houvesse Regimento Interno as responsabilidades nossas seriam maiores na hora de dizer as coisas aqui neste Parlamento.

Concedo o aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Quero primeiramente, parabenizar Vossa Excelência, Deputado Nereu Carlos Massignan, pelas grandes colocações que faz nesta tribuna, e dizer que nós temos muitas coisas importantes a fazer pelo Paraná e pelo Brasil.

Vossa Excelência coloca muito bem, quando diz que devemos ter uma preocupação maior com o problema social do Paraná e do Brasil.

Quando se fala com relação ao salário, eu gostaria de fazer um convite ao ilustre Deputado Pedro Tonelli, de que ao passar por Cianorte, visite na Av. São Paulo, 634, no Bairro da Zona 2 daquele Município, o nosso escritório parlamentar e que verifique quantos funcionários nós temos atendendo a comunidade de Cianorte e da Região, observar os ramais telefônicos que temos no escritório, o nosso carro que não é chapa de bronze, é um carro particular que atende os menos favorecidos pela sorte.

Então Vossa Excelência está convidado, Deputado Pedro Tonelli, a conhecer o que é um trabalho parlamentar daqueles que estão preocupados com os problemas sociais e que não vieram aqui para receber o seu salário apenas para si mesmos, mas que vieram para

receber salário para atender os menos favorecidos pela sorte e aí, quem sabe, Vossa Excelência ficará sabendo o quanto custa uma vida parlamentar para quem quer trabalhar pela população.

Muito obrigado, Deputado Nereu Carlos Massignan.

O Sr. Anibal Khury- Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nereu Carlos Massignan. Vossa Excelência também aparteu o Deputado Pedro Tonelli, no entretanto, o aparte em termos respeitosos, criticando o julgamento do pastor Fuchs, mas sem ofender as instituições. Vossa Excelência pela linha que adota, que lhe é peculiar, de elegância na Tribuna, causticante, sem ofender Vossa Excelência, sabe que não foi censurado. Entretanto, o Deputado Pedro Tonelli, no afã de defender o pastor Fuchs, o que eu acho muito justo, mas talvez não dispondo dos mesmos recursos oratórios de Vossa Excelência, fugiu para atacar uma instituição pela qual nós devemos ter todo o apreço e respeitá-la.

Não há dispositivo regimental, Senhor Deputado, é dispositivo condicional da Constituição Estadual, o que dá poderes ao Presidente desta Casa, da sessão, de expurgar das notas taquigráficas aquelas ofensas às instituições nacionais e estaduais. Não o fiz com o espírito de censor, porque eu sou contra a censura, mas ... inclusive resguardando esta Casa, porque eu já disse que se alguém tem que criticar o Exército sou eu. Eu fui preso como Deputado - repito. Não sou o torturador como esse "pasquim" do PT diz, porque eu respeito as instituições democráticas.

E quero parabenizar Vossa Excelência pelo discurso tranqüilo que está fazendo de crítica a nós todos - e eu aceito a parte da crítica que me cabe - para dizer a toda a Casa e ao povo do Paraná que o seu comportamento como Deputado Estadual é exemplar.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Nobre Deputado Anibal Khury, eu agradeço o vosso aparte. Os elogios partem de Vossa Excelência pela sua extrema bondade. Na verdade eu não mereço, procuro desempenhar a minha função como me é possível.

O Sr. Quielse Crisóstomo - Vossa Excelência concede-me um aparte? (Assentimento).

O Deputado Anibal Khury quase disse o que nós iríamos dizer, mas eu acrescentaria uma preocupação que se nota costumeiramente nos principiantes afoitos. Isso é um erro que se repete, que é a nódoa de lançar a lama em si próprio, contra o pró-

prio espelho; é a despreocupação de algum Parlamentar de andar com a cara suja. Ele não tem a preocupação de ver a lama em seu rosto, então lança a lama no rosto de todos, como se o prazer de ver a lama no rosto da sua Casa de Leis compensasse o mau cheiro que essa lama causa no seu odor.

Eu estava em Maringá, na semana passada, sentado à mesa de uma lanchonete com o Prefeito de Marilena. E um engraxate, passando, perguntou se eu queria engraxar o sapato. Eu disse sim, mas para servi-lo, porque eu estava com o sapato enlameado, pois estava ali trabalhando na lama, num dia de chuva. Então, pedi que limpasse o sapato. Quando fui tirar o dinheiro para pagar, eu abri a carteira e ele leu o meu documento de identidade Deputado Estadual. Eu nem percebi, e nem foi para isso que eu abri a carteira, mas ele percebeu. Imediatamente o guri, o engraxate me disse: "o Senhor então é daqueles que ganham Cz\$ 204 mil por mês? Eu me senti naquele momento um criminoso diante de uma criança, porque a maneira como o Deputado Pedro Tonelli coloca esta e outras questões na imprensa, é para dizer que ele pertence a um bando, não pertence a uma Casa de Leis. Ele pertence a um bando, mas ele nunca distribuiu este dinheiro para uma instituição de caridade. Honestamente, pensaria de outro modo se eu visse o Deputado Pedro Tonelli dando o seu ordenado, dizendo: "eu não quero receber isso aqui". Mas não, ele distribui o seu ordenado para os seus cabos eleitorais, e evidentemente, ao distribuir o dinheiro para o seu Partido, ele está fazendo campanha eleitoral.

É no momento - e eu não digo isso a ele - mas o momento de mostrar a sua moral, é quando, líder de si próprio, recebe toda a mordomia de um Partido que só tem um Deputado. Aí era o momento de ele provar a sua moral dizendo: "eu não vou aceitar a mordomia, porque ela é legal mas é imoral". Mas, assim não aconteceu até agora. E eu tenho acompanhado, como todos os colegas, a palmo e passo o procedimento do Deputado Pedro Tonelli. Quem sabe vem aí o "salvador do moral da Assembléia". Mas não é assim, porque nem um procedimento seu nos trouxe uma contribuição de moral; mas somente de lançador de lama.

Querer criticar um homem como o Deputado Anibal Khury... eu que fui Secretário por três vezes, pertencendo a Executiva por seis anos, posso dizer quase que mais seguramente do que toda essa Casa de Leis - o Deputado Anibal Khury foi o Parlamentar que mais contribuiu para a moralização desta Assembléia, em toda sua existência política e pagou por calúnias como essas do Deputado do PT, com a sua cassação de mandato, quando o País esteve nas mãos de

afoitos - do tipo do Deputado Pedro Tonelli. Porque se entregássemos a chefia do governo de uma nação a homens do espírito do Deputado Pedro Tonelli, ele cassaria talvez a sua própria mãe. Porque não lhe interessa a direção de seu canhão, é imprevisível, ele atira sobre si próprio, não calcula o prejuízo que causa à moral da instituição a qual ele pertence. Chegamos ao ponto em que um engraxate vê um Deputado como um criminoso, graças ao Deputado Pedro Tonelli! E disse muito bem o Deputado Lindolfo Júnior: nós não somos causa, nós somos consequência, nós copiamos a legislação dos nossos proventos da Câmara Federal. Só o Deputado Pedro Tonelli não sabe disso, ou sabe, e pior, por má fé somada à sua ignorância, ele o disse ao povo de uma tal maneira que ele próprio, um dia, ao se identificar como Deputado, vai ser acusado de marajá ou coisa pior do que isto. Esta é a figura do Deputado hoje, presente no espírito do povo do Paraná graças às informações distorcidas e mentirosas, porque nem tudo o que o Deputado Pedro Tonelli disse é verdade. Pelo que existe de verdadeiro nós respondemos, porque os nossos proventos não são iniciativas nossas. Como se vê, além das verdades, vêm as inverdades.

Há o problema de elevador.

Meu caro Deputado, a Assembléia de São Paulo, não sei se já a visitaram, quando eu a visitei há alguns anos atrás, verifiquei que os funcionários são proibidos de andar sem gravata, todos eles. Quando aqui nesta Casa de Leis não é exigido gravata para funcionários, em São Paulo todos os funcionários só entram na Assembléia de gravata. E se o funcionário está encostado, e passa um Deputado, ele toma uma posição de respeito.

Isso em respeito à Casa, não em respeito à pessoa do Deputado. O Deputado Anibal Khury tomou a decisão quanto ao elevador para conforto da sessão, porque muitas vezes vamos pegar o elevador e não temos lugar no elevador; ele é o único meio de se chegar na hora da sessão, de uma votação. O Deputado tomou a iniciativa e o seu colega se refere à decisão como se ela fosse uma verdadeira atitude de carraquice, só com o objetivo de lançar lama sobre todos nós, mesmo que a sua cara também continue enlameada!

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Só para encerrar. Obrigado nobre Deputado Quilise Crisóstomo.

Vossa Excelência referiu-se ao engraxate, eu penso que quando ele coloca esse tipo de questionamento ao ver a carteira de identidade de um Deputado, há aí uma razão a mais que me leva a dizer que nós, hoje, aqui, todos nós - desculpem-me se eu

volto a insistir nisso, pois os Senhores não são obrigados a acatar essa minha proposta de auto-crítica e de auto-afirmação - mas quando um engraxate chega a esse ponto, eu acho que nós precisamos adiar o sono um pouco e fazer um exame das nossas consciências, pensando nesse povo lá de fora que nos elegeu.

Vamos discutir parlamentarismo, presidencialismo, vamos discutir o sistema de governo, vamos discutir o papel das Forças Armadas, vamos saber o que está acontecendo na Constituinte, com a ordem econômica e social, com a reforma agrária, com os salários, com as quarenta horas semanais ou quarenta e oito com o direito de greve, com o direito da cidadania, com os direitos sociais dos cidadãos. Vamos discutir esse momento importante do Brasil! Aí sim, tenho certeza, meus companheiros, o que nós ganhamos, aqui nesta Assembléia, estará plenamente justificado, e todos nós estaremos, meus companheiros, com a consciência tranqüila e poderemos sair lá fora e olhar a sociedade paranaense e brasileira e dizer que nós estamos cumprindo com o nosso papel!

Caso contrário, não teremos a oportunidade de prestar contas dos nossos trabalhos, porque outras forças, que não as democráticas, farão com que todos nós busquemos, voltemos todos de novo a cantar o canto da resistência à procura da democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Gostaria que Vossa Excelência registrasse este brilhante e histórico pronunciamento do Deputado Nereu Carlos Massignan, apartado por seus companheiros, nos Anais da Casa. Foi de grande importância para a sociedade paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Será devidamente anotado pelas taquígrafas.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem) - Solicito que Vossa Excelência faça a verificação pois parece que não há quorum para a continuidade da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Baseado no artigo 20 do Regimento Interno desta Casa, parágrafo 4., não tendo esta Mesa a devida composição, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 18, às 10:00 horas; e uma sessão extraordinária, para logo após, com as ordens do dia já anunciadas.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALEXANDRE CERANTO, EM SESSÃO DO DIA 17 DE JUNHO DE 1987.

MANIFESTO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS DE MARINGÁ E REGIÃO.

"Contra a Ferrovia Norte-Sul

Novamente a Nação brasileira é forçada a assistir a mais um espetáculo deprimente proporcionado pelos desmandos, pelo autoritarismo, pelas falcatrúas e negociatas ilícitas a que estão acostumados os Governos deste País.

A Nova República, que dentre tantas outras mirabolantes promessas, se propôs a consertar este País, a colocá-lo nos trilhos, é monumentalmente descarrilhada pelo escândalo da concorrência fraudulenta para a construção da Ferrovia Norte-Sul.

Como brasileiros, contribuintes ao erário público, cidadãos promotores da riqueza desta Nação, manifestamos publicamente nosso veemente protesto e total repúdio contra a idéia de construção desta famigerada ferrovia, fruto de desejos megalomaniacos, que visa tão somente o benefício de poucos que são mancomunados ao poder, em detrimento de toda uma população carente de outros projetos e realizações que propiciem melhoria na qualidade de vida, como moradia digna, saúde ao alcance de todos, educação e transporte acessíveis, enfim, a infra-estrutura básica para uma vida com dignidade.

Queremos nos posicionar frontalmente contra a construção desta ferrovia, sabedores de que a mesma não irá trazer benefícios ao povo brasileiro, muito pelo contrário, irá causar mais dificuldades pois cada dólar para o seu pagamento sairá dos combalidos bolsos de nós, cidadãos contribuintes.

As cifras apresentadas pelo governo, na ordem de 2,5 bilhões de dólares são irreais, podendo os custos de sua construção avançar até a alarmante marca de 7,5 bilhões de dólares. Um valor ou outro, não importa, ambos farão um rombo respeitável num País que não consegue sequer pagar os juros dos 110 bilhões de dólares que deve ao exterior.

Já temos a Ferrovia dos Carajás e, agora, com essa Norte-Sul, vamos ter a Ferrovia dos Marajás, nas palavras do Senador Affonso Alves de Camargo Neto.

"Sairia mais barato pagar as comissões aos interessados do que fazer a obra", ainda utilizando-se das palavras do ilustre constituinte.

"Um Governo não pode ficar distribuindo dinheiro para os apaniguados do poder", manifestou-se o Deputado Guilherme Afif Domingos.

"Os delírios de grandeza tão comuns na época do chamado milagre, persistem, mesmo quando o País vive uma crise sem precedentes na sua história, a qual se mostra extremamente profunda na economia e nas finanças.

"Parece que o Governo se esqueceu completamente da lição proporcionada pela faraônica Transamazônica e insiste agora nesta obra, que não tem qualquer prioridade e que apenas poderia ser imaginada, e mesmo assim com muito critério e estudo acurado, em um tempo de fartura".

"Ao preço de 7,5 bilhões de dólares, a Norte-Sul tomará um terço do que foi gasto em Itaipu, maior hidrelétrica do mundo, e dez vezes mais do que se investiu na construção de uma rodovia como a Rio-Santos. O custo elevadíssimo do projeto, porém, é apenas um dos problemas.

Itaipu gera quilowatts que são queimados e a Rio-Santos liga dois pólos econômicos de porte, separados pelo melhor trecho do litoral brasileiro em termos turísticos. A Norte-Sul rasga o Estado de Goiás e liga o Distrito Federal ao Maranhão. Entre seu início, junto a Brasília, e seu fim, na Ferrovia dos Carajás, com a qual se entroncará em território maranhense, a Norte-Sul corta um suspeito vazio econômico. Ali existe uma agricultura insipiente - apenas 5% da área é utilizada para o cultivo de grãos, e um rebanho bovino que não é pequeno, mas que já viaja para outras regiões do País a bordo de caminhões, sem que isso represente um problema para os criadores. A esses vícios genéricos pode-se acrescentar vários outros que o megaprojeto da Norte-Sul adquiriu ao nascer (revista Veja NR 975, pág. 92).

A região que a Ferrovia Norte-Sul vai abranger produz apenas 3 milhões de toneladas de grãos anuais, e o Paraná, que sozinho produz quase dez vezes mais, ou seja 21% da produção nacional de grãos, há anos vem lutando pela Ferrovia da Produção que ligará também o Estado do Mato Grosso do Sul ao Porto de Paranaguá.

A estimativa de safra 1986/1987 da Companhia de Financiamento da Produção - CFP, do Ministério da Agricultura, mostra a sensível diferença de produção dos dois Estados, Maranhão e Goiás, que serão os beneficiados com a Ferrovia Norte-Sul com o Paraná. Começando pelo algodão, a estimativa de produção, somado os Estados de Goiás e Maranhão, chega perto de 24 mil toneladas, contra 244 mil toneladas previstas para o Paraná. A produção estimada de feijão para os dois Estados juntos é de 90 mil toneladas e o Paraná chega a ultra-

passar 400 mil toneladas. Na cultura do milho a diferença é mais gritante, segundo a estimativa da CFP: 3 milhões e 87 mil toneladas no Maranhão e Goiás, contra uma safra que chega a 7.549.000 toneladas no Paraná. Com relação à produção do soja, o Paraná também se destaca: a previsão da safra dessa cultura é de 3 milhões e 88 mil toneladas contra 1 milhão e 15 mil toneladas de Goiás e Maranhão juntos. Na cultura do arroz Goiás e Maranhão ficam na frente com uma previsão de 2 milhões e 358 mil toneladas, superior à do Paraná estimada em apenas 372 mil toneladas.

Precisamos de austeridade, de lisura, de seriedade, e chega a ser absurdo o fato de ao mesmo tempo em que somos obrigados a decretar uma famigerada moratória externa por absoluta falta de recursos para pagamento dos juros, o Governo decida-se pela construção de uma ferrovia que terá seu ponto final em uma região pouco desenvolvida.

Em absoluto, não estão sendo levadas em conta as prioridades brasileiras.

"Hoje o País deve fazer apenas obras que tragam benefícios a curto prazo e em setores fundamentais como silagem e energia. Obras como essa de retorno duvidoso, devem ser deixadas para quando a situação melhorar (Mário Amato - Presidente da FIESP).

Pelas razões de ordem econômica expostas e por centenas de outras que poderiam ser arroladas, pelo escândalo já devidamente comprovado, agora. Há à sua frente inúmeras prioridades das quais o País necessita e que urge sejam feitas.

Por isso apelamos ao Senhor Presidente da República, aos Senhores Governantes, Senhores Políticos, que impeçam a construção desta Ferrovia que já se tornou unanimidade nacional: todos são contra.

Não admitimos que mais uma vez o povo seja espezinhado, não seja ouvido.

É necessário que os Senhores Políticos, assentados nos votos de milhares de eleitores representem condignamente este mandato que lhes foi outorgado, pugnando pelos interesses da Nação e de seus cidadãos, que não querem assistir impunes a desmandos e falcatruas de governos ilegítimos.

A classe produtora de Maringá e Região repudia mais este ato deste Governo e manifesta sua esperança de que prevaleça o bom senso, e que sejam respeitados os interesses maiores da Pátria.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e sete, na

Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Agricultura sob a Presidência do Deputado José Domingos Scarpellini e a presença dos demais membros, a saber, Deputados Orlando Pessuti, Antônio Costenaro Neto, Paulo Furiatti, Quielise Crisóstomo da Silva e Valderi Mendes Vilela. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foi relatado o PROJETO DE LEI N. 11/85 - de autoria do Deputado Paulo Furiatti, "dispondo sobre o zoneamento agrícola para implantação ou expansão de áreas e/ou projetos, destinados à produção de álcool e dá outras providências". Rela-

tor: Deputado Sabino Campos. Parecer favorável. Colocado em votação, cinco votos favoráveis ao parecer e um voto contrário dado pelo Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. E para constar, eu, Rubens Bremer lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

RUBENS BREMER

Secretário